



MODELOS DE TESTAMENTO DE BENS DIGITAIS



Thauany Freire dos S. Silva
Cristiane Xavier Galhardo
Michely Correia Diniz

2026

Apresentação

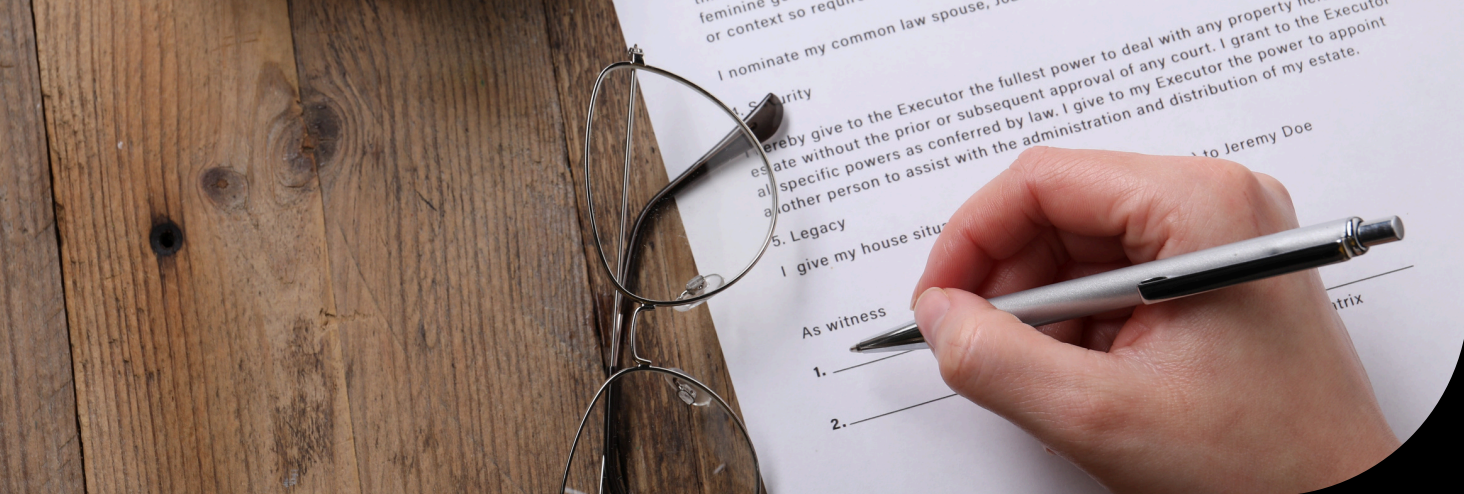


A presente apostila tem como objetivo oferecer modelos práticos e editáveis de testamento, voltados à organização e transmissão dos bens digitais no ordenamento jurídico brasileiro. Em especial, na sucessão de obras literárias, artísticas e científicas fixadas em ambiente digital, protegidas pela Lei nº 9.610/98 (Lei de Direitos Autorais).

Isto porque, o atual cenário legislativo ainda não dispõe de normas específicas sobre herança digital, este material busca auxiliar indivíduos que desejam planejar, em vida, o destino de seu acervo criativo e patrimonial online.

Dentre os bens digitais mais sensíveis à sucessão estão textos, músicas, vídeos, fotografias, ilustrações, softwares e composições armazenadas ou publicadas em plataformas digitais, redes sociais, nuvens ou dispositivos eletrônicos.

A proposta do presente material é garantir que a vontade do testador seja respeitada, inclusive no tocante aos bens produzidos no meio virtual, a partir de modelos adaptáveis à realidade de cada criador. Os exemplos aqui reunidos seguem os parâmetros legais previstos no Código Civil, especialmente no que se refere à sucessão testamentária (art. 1.857 e seguintes), à legítima dos herdeiros necessários e à possibilidade de disposições não patrimoniais.



O que é Testamento?

O testamento é o instrumento por meio do qual o indivíduo, ainda em vida, manifesta sua vontade quanto à destinação de seus bens e à realização de determinadas disposições que deverão produzir efeitos após sua morte.

Trata-se de um ato jurídico personalíssimo, por meio do qual o indivíduo que está o fazendo por escrito, a próprio punho ou de forma mecânica, é chamado de **testador** e exerce sua autonomia privada não apenas para definir a sucessão de seu patrimônio, mas também para formular disposições de natureza não patrimonial, como o reconhecimento de um filho, seus desejos quanto ao seu funeral e dentre outras vontades, conforme expressamente autorizado pelo §2º do artigo 1.857 do Código Civil.

Art. 1.857. Toda pessoa capaz pode dispor, por testamento, da totalidade dos seus bens, ou de parte deles, para depois de sua morte.

§ 2º São válidas as disposições testamentárias de caráter não patrimonial, ainda que o testador somente a elas se tenha limitado.

Nesse sentido, Flávio Tartuce (2014, p.267) defende que o testamento é um “negócio jurídico unilateral, personalíssimo e revogável pelo qual o testador faz disposições de caráter patrimonial ou extrapatrimonial, para depois de sua morte. Trata-se do ato sucessório de exercício da autonomia privada por excelência”.

Já Almeida (2019, p. 59) afirma que “o testamento é a forma pela qual o testador, por sua autonomia privada, regula como se dará a sucessão de seu patrimônio para quando da morte ou faz outras declarações de última vontade, desde que respeitados os requisitos legais”. Tal definição evidenciam que o testamento não constitui um ato arbitrário ou ilimitado, devendo observar os parâmetros estabelecidos em lei.

Entre esses limites, destaca-se a chamada legítima, instituto previsto no art. 1.846 do Código Civil, segundo o qual metade do patrimônio do testador é reservada obrigatoriamente aos herdeiros necessários. Nos termos do art. 1.845 do Código Civil, são considerados herdeiros necessários os descendentes, os ascendentes e o cônjuge ou companheiro. Assim, o testador dispõe de liberdade apenas sobre a outra metade do seu patrimônio, denominada parte disponível, conforme autoriza o art. 1.857, §1º, do Código Civil.

Importa ressaltar, contudo, que a existência de herdeiros necessários não impede a realização de testamento. Ao contrário, o testamento pode abranger a totalidade do patrimônio do testador, desde que seja respeitada a legítima, ou seja, preservada a parcela mínima legalmente assegurada aos herdeiros necessários. Nesse contexto, o testamento funciona como instrumento de organização patrimonial e de manifestação da vontade do testador.

A exigência da legítima encontra fundamento no princípio da solidariedade familiar, uma vez que busca assegurar que o patrimônio construído ao longo da vida do indivíduo permaneça, ao menos em parte, no seio do núcleo familiar, garantindo proteção econômica mínima aos parentes mais próximos (ALMEIDA, 2019).

O art. 1.786 do Código Civil estabelece que a sucessão pode ocorrer por lei ou por disposição de última vontade, compreendendo-se, nesta última hipótese, a sucessão testamentária. Conforme leciona Maleno (2020), a fonte do direito sucessório pode ser exclusivamente legal, exclusivamente testamentária ou ambas. Assim, se uma pessoa falece sem testamento (*ab intestato*), sua herança (bens, direitos, deveres e obrigações) será transmitida aos herdeiros legítimos, segundo a ordem estabelecida em lei, denominada ordem da vocação hereditária. O mesmo se aplica aos bens que não tenham sido abrangidos pelo testamento.

A ordem da **vocação hereditária** está disciplinada no art. 1.829 do Código Civil e reflete uma presunção legal da vontade do falecido, no sentido de que seus bens sejam destinados prioritariamente às pessoas de seu núcleo familiar. Em primeiro lugar, são chamados à sucessão os descendentes, que concorrem com o cônjuge ou companheiro sobrevivente, observadas as regras relativas ao regime de bens do casamento ou da união estável. Na ausência de descendentes, a herança é deferida aos ascendentes, que também podem concorrer com o cônjuge ou companheiro sobrevivente.

Não havendo descendentes nem ascendentes, o cônjuge ou companheiro sobrevivente herdará a totalidade do patrimônio, salvo disposição testamentária válida em sentido diverso. Apenas na ausência de descendentes, ascendentes e cônjuge é que a herança será transmitida aos parentes colaterais até o quarto grau, os quais são herdeiros legatários, mas não herdeiros necessários, como irmãos, sobrinhos e tios, observando-se a regra de que os colaterais de grau mais próximo excluem os mais distantes, conforme os arts. 1.839 a 1.843 do Código Civil.

Por fim, cumpre destacar que o testamento pode prever a figura do **testamenteiro**, nos termos dos arts. 1.976 a 1.987 do Código Civil, pessoa de confiança do testador incumbida de zelar pelo fiel cumprimento das disposições de última vontade. Em testamentos que tratam de bens digitais, os quais envolvem elevado grau de intimidade, privacidade e dados sensíveis, a nomeação de um testamenteiro facilita a efetivação das disposições de última vontade. Tal figura pode, inclusive, deter informações necessárias ao acesso a dispositivos eletrônicos, contas, plataformas digitais e perfis em redes sociais, facilitando a execução do testamento e assegurando o respeito à vontade do testador.



Quem pode fazer um testamento?

Conforme orienta o art. 1.860 do Código Civil, pode realizar testamento todas as pessoas **maiores de 16 (dezesseis) anos**, em pleno gozo das suas faculdades mentais. Portanto, o discernimento do testador deve estar presente no momento da lavratura do ato, sendo irrelevante eventual incapacidade adquirida posteriormente, assim como não será válido o testamento realizado no período que o testador não estava em suas faculdades mentais perfeitas, ainda que a tenha recuperado de modo superviniente..

Art. 1.860. *Além dos incapazes, não podem testar os que, no ato de fazê-lo, não tiverem pleno discernimento.*

Parágrafo único. *Podem testar os maiores de dezesseis anos.*

Art. 1.861. *A incapacidade superveniente do testador não invalida o testamento, nem o testamento do incapaz se valida com a superveniência da capacidade.*

Modalidades de testamento no Brasil

O Código Civil brasileiro, a partir do art. 1.862, estabelece duas categorias de testamentos: os ordinários e os especiais. Os testamentos ordinários são classificados nas modalidades público, cerrado e particular, enquanto os testamentos especiais compreendem as formas marítima, aeronáutica e militar, previstas nos arts. 1.886 a 1.896.

No âmbito das formas ordinárias, o testador (ou disponente) possui liberdade de escolha, podendo optar pela modalidade que melhor se adapte às suas necessidades e circunstâncias pessoais. Já as formas especiais de testamento são restritas a situações excepcionais, como viagens marítimas, aéreas ou missões militares, sendo admitidas apenas quando o testador se encontra em tais contextos. A diversidade de formas testamentárias tem como finalidade garantir que todos os indivíduos, independentemente de suas condições, tenham assegurado o direito de dispor sobre seus bens e vontades para depois da morte. Por exemplo, pessoas cegas ou analfabetas, ainda que impedidas de fazer testamento particular, podem formalizar sua disposição de última vontade por meio do testamento público, lavrado em cartório perante tabelião (NADER, 2016).

Importante destacar que apenas a modalidade ordinária será trabalhada neste material, visto que a escolha da modalidade testamentária não se resume à conveniência pessoal do testador. Trata-se de matéria de ordem pública, de modo que, além da escolha da forma permitida, o testamento somente será considerado válido se observar os requisitos legais previstos para cada modalidade, os quais serão analisados a seguir. 7

Testamento Público

O testamento público é aquele redigido pelo tabelião ou por seu substituto legal, diretamente em seu livro de notas, com base nas declarações prestadas pelo testador. Para facilitar a formalização de suas últimas vontades, o testador pode apresentar uma minuta, notas ou apontamentos, os quais irão auxiliar na elaboração do documento. No entanto, ainda que existam tais norteadores, a responsabilidade final pela redação e fidelidade do conteúdo é exclusivamente do tabelião (Santos, Silva e Santos, 2025).

Por isso, embora o notário se limite a receber à vontade espontaneamente declarada pelo testador, este deve afastar disposições que são contrárias à lei, à ordem pública ou aos bons costumes (Galgano, 2002).

Conforme destaca Paulo Lôbo (2016), essa é a modalidade de testamento mais utilizada no Brasil, sobretudo pela segurança jurídica que oferece. Além de o notário ser dotado de fé pública e possuir o dever legal de esclarecer dúvidas e prevenir nulidades, esse tipo de testamento não está sujeito ao risco de extravio ou perda, pois permanece registrado em cartório, permitindo a emissão de certidões com o mesmo valor jurídico do original.

Após a lavratura do instrumento, o conteúdo deverá ser lido em voz alta pelo tabelião ao testador e a duas testemunhas, simultaneamente. Caso prefira, o próprio testador poderá realizar a leitura, desde que o faça na presença das testemunhas e do oficial responsável. Concluída a leitura, o testamento será assinado pelo testador, pelas testemunhas e pelo tabelião, conferindo validade formal ao ato, conforme orienta o art. 1.864, do Código Civil.

O artigo 1.865 do Código Civil estabelece que, se o testador não souber ou não puder assinar o testamento no momento em que ele for feito, o tabelião ou seu substituto legal, deve declarar essa situação no documento. Nesse caso, uma das testemunhas presentes poderá assinar o testamento no lugar do testador, a seu pedido.

Ainda se tratando do referido artigo, em seu inciso III, para acompanhar as novas tecnologias, este permite que o testamento público seja escrito manualmente ou mecanicamente, bem como ser feito pela inserção da declaração de vontade em partes impressas de livro de notas, desde que rubricadas todas as páginas pelo testador, se mais de uma.

O indivíduo cego somente pode manifestar suas últimas vontades por meio de testamento público, uma vez que este exige a leitura em voz alta pelo tabelião, garantindo ao testador a confirmação do conteúdo. De acordo com a Portaria nº 3.128, de 24 de dezembro de 2008, do Ministério da Saúde, **considera-se cega a pessoa cujo melhor olho apresente acuidade visual inferior a 0,05 ou campo visual menor que 10º (categorias 3, 4 e 5 do CID-10).**

No caso do testador surdo, a leitura do testamento será feita diretamente por ele. Se não for alfabetizado, poderá indicar pessoa de sua confiança para realizar a leitura. Quanto às testemunhas, estas acompanham a leitura realizada pelo tabelião, como previsto nos requisitos formais dessa modalidade testamentária.

Por fim, destaca-se que não há um local específico para o testador realizar o testamento público podendo escolher o tabelionato que desejar no território brasileiro.

Testamento Cerrado

O testamento cerrado é uma modalidade escolhida por quem deseja manter sigilo sobre suas últimas vontades por razões pessoais. Nessa forma, o testamento é redigido e assinado apenas pelo próprio testador, sendo seu conteúdo conhecido exclusivamente por ele. Para que tenha validade, o documento deve ser apresentado ao tabelião, que procederá ao seu fechamento (vedação) e à lavratura do auto de aprovação.

O tabelião não tem acesso ao conteúdo do testamento, a menos que tenha sido o responsável por redigi-lo antes de realizar a vedação. Essa forma é utilizada quando o testador quer assegurar a confidencialidade de suas disposições até o momento de seu falecimento.

Portanto, para Lobo (2016), o ato jurídico perfeito do testamento cerrado só será constituído com a realização de 04 formalidades legais previstas no art. 1.868 do CC/02, sendo elas: 1) a entrega do testamento cerrado ao notário pelo testador, acompanhado de 02 (duas) testemunhas, as quais desconhecem o conteúdo do testamento; 2) uma declaração do testador informando que aquele é seu testamento; 3) a lavratura do auto de aprovação e leitura deste pelo notário; e 4) assinaturas do notário, das testemunhas e do testador no auto de aprovação.

Nesta modalidade também é possível ser escrito mecanicamente, desde que seu subscritor numere e autentique, com a sua assinatura, todas as páginas. O conteúdo do testamento pode ser escrito em língua nacional ou estrangeira, pelo próprio testador, ou por outrem, a seu rogo.

O artigo 1.872 do Código Civil determina que no testamento cerrado não pode dispor de seus bens quem não saiba ou não possa ler. Essa restrição visa garantir a segurança jurídica do ato e evitar possíveis fraudes, já que o conteúdo do documento permanece sigiloso até a morte do testador. Impedir que pessoas sem capacidade de leitura utilizem essa forma de testamento protege-as de serem enganadas por terceiros mal-intencionados, assegurando que as disposições refletirão, de fato, a vontade livre e consciente do testador.

Sob a ótica de Stolze e Pamplona (2020), **presume-se que o testamento cerrado foi revogado sempre que ele for aberto, rasgado ou danificado pelo próprio testador**, ou ainda por terceiro com a sua autorização. Isso ocorre porque o elemento central dessa modalidade de testamento é justamente o sigilo. Assim, quando o segredo do documento é rompido por vontade do testador, perde-se a principal garantia que justifica sua existência. Quebrada essa proteção, o testamento deixa de cumprir sua finalidade e, por consequência, perde sua eficácia jurídica.

Quanto as desvantagens do testamento cerrado, verifica-se que a principal delas é o **risco de extravio**, já que se trata de um documento físico que pode ser facilmente perdido, danificado ou inutilizado, comprometendo sua leitura no momento da abertura. Além disso, como o tabelião não tem acesso ao conteúdo do testamento, a menos que tenha sido ele próprio quem o redigiu, há possibilidade de que o documento contenha cláusulas inválidas do ponto de vista legal, ou mal redigidas, com caligrafia ilegível, linguagem ambígua ou termos confusos, o que pode dificultar sua interpretação ou até mesmo comprometer sua eficácia.

Testamento Particular

O testamento particular é aquele redigido e assinado pelo próprio testador, com a participação de três testemunhas por ele escolhidas. Não exige forma específica e pode ser escrito de próprio punho ou por meio de processo mecânico. No entanto, se for digitado ou impresso, não poderá conter rasuras nem espaços em branco, devendo ser assinado pelo testador após leitura feita na presença das três testemunhas, as quais também deverão assiná-lo, conforme prevê o artigo 1.876 do Código Civil.

A principal vantagem dessa modalidade é sua simplicidade, já que não exige formalidades cartorárias nem o envolvimento de tabelião. As assinaturas das testemunhas, inclusive, não precisam ter firma reconhecida. Contudo, essa facilidade implica menor segurança jurídica, pois o testamento particular não é registrado em cartório e, portanto, não goza de presunção de veracidade ou autenticidade, exigindo posterior confirmação judicial.

Após o falecimento do testador, o testamento deverá ser apresentado ao juiz e publicado em juízo, com citação dos herdeiros legítimos. Se as três testemunhas confirmarem que presenciaram a leitura e reconhecem tanto suas assinaturas quanto a do testador, o testamento será validado judicialmente. Na hipótese de ausência ou falecimento de algumas testemunhas, será suficiente o reconhecimento de pelo menos uma delas, desde que haja prova complementar considerada suficiente pelo juiz quanto à veracidade do documento.

Portanto, o principal requisito formal do testamento particular é a leitura do seu conteúdo pelo testador às testemunhas. Estas não precisam recordar integralmente o conteúdo do documento, mas devem confirmar perante o juiz que estavam presentes no ato, ouviram a leitura e assinaram o testamento. Essa leitura pode ser feita pelo próprio testador ou por outra pessoa, a seu pedido

Porém, se faltarem testemunhas, por morte ou ausência, e se pelo menos uma delas o reconhecer, o testamento poderá ser confirmado, se, a critério do juiz, houver prova suficiente de sua veracidade.

Assim, nota-se que o requisito formal desta modalidade é a leitura feita pelo testador às testemunhas. As quais tem o papel de reconhecer, perante o juiz, após a morte do testador, que aquele é de fato o testamento que ouviram e assinaram, mesmo que não lembrem com exatidão do seu conteúdo. A leitura pode ser feita pelo próprio testador ou por outra pessoa a seu pedido.

Das Vantagens de realizar testamento para transmissão de bens digitais

A sucessão de bens digitais após a morte ainda é um tema que envolve muitas dúvidas, principalmente pela ausência de legislação específica que regule de forma sistemática a matéria. A Constituição Federal, no artigo 5º, inciso XXX, assegura o direito de herança, sem distinguir a natureza dos bens, o que permite concluir que os bens digitais também podem ser objeto de sucessão.

Esse entendimento é reforçado pelo Enunciado nº 40 do Instituto Brasileiro de Direito de Família e Sucessões (IBDFAM), que reconhece expressamente que a herança digital pode integrar o espólio do falecido, exceto nas hipóteses envolvendo direitos personalíssimos, direitos de terceiros ou existência de disposições de última vontade em sentido contrário.

Diante desse cenário, o testamento se revela uma alternativa inteligente e eficaz para quem deseja garantir que seus bens digitais, sejam eles de natureza econômica ou afetiva, tenham uma destinação adequada após a morte. Por meio desse instrumento, o testador pode manifestar, de forma expressa, sua vontade quanto à transmissão ou à não transmissão de seus bens digitais, respeitando os limites legais e garantindo segurança jurídica aos seus herdeiros.

Vale destacar que, de acordo com o ordenamento jurídico brasileiro, aplica-se a lei vigente à época do falecimento, razão pela qual eventuais mudanças legislativas posteriores não terão efeitos retroativos. Portanto, a manifestação de vontade registrada em testamento continua a ser o caminho mais seguro para proteger os bens digitais e preservar a privacidade, honra e imagem do falecido.

É nesse contexto que este material apresenta um conjunto de modelos de testamento digital, elaborados para servir como norte a pessoas que desejam organizar a sucessão de seus bens digitais. A maioria dos modelos foram estruturados com base na modalidade de testamento particular, conforme os requisitos previstos no Código Civil, mas podem ser facilmente adaptados para as formas cerrada, conforme requisitos dispostos acima e também de acordo com alguns exemplos a seguir. Quanto ao testamento público, também é possível adaptá-lo com o auxílio de um tabelião.

Ainda assim, os presentes modelos não excluem a necessidade um advogado especializado em direito sucessório e digital em caso de dúvidas, sobretudo em situações mais complexas ou que envolvam valores patrimoniais expressivos.

Ressalta-se que os modelos aqui apresentados têm caráter orientativo, com o objetivo de facilitar a organização prévia da vontade do testador, especialmente no que tange à sucessão de obras intelectuais protegidas pela Lei de Direitos Autorais (Lei nº 9.610/98), cujos direitos patrimoniais são plenamente transmissíveis aos herdeiros, garantindo a sua efetiva destinação pós-morte. Podendo ser usado inclusive mais um modelo para que o testador contemple todas as cláusulas com suas disposições de última vontade.



Modelos de Testamento de Bens Digitais



TESTAMENTO DIGITAL NEGATIVO

Este modelo de testamento destina-se aos usuários que não desejam que quaisquer de seus bens digitais sejam transmitidos aos seus herdeiros, por entenderem que tais bens possuem natureza estritamente íntima e pessoal, estando diretamente vinculados à sua vida privada, à sua identidade e à sua esfera de personalidade. A transmissão desses conteúdos, portanto, poderia violar direitos fundamentais como a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem, os quais são tutelados pelo art. 20, *caput* e parágrafo único, do Código Civil, que assegura proteção aos direitos da personalidade, inclusive após a morte.

Embora o ordenamento jurídico brasileiro ainda não disponha de legislação específica que regulamente de forma sistematizada a transmissão dos bens digitais, o Enunciado nº 40 do Instituto Brasileiro de Direito de Família e Sucessões – IBDFAM reconhece que a herança digital pode, em regra, integrar a sucessão do seu titular. Todavia, o referido enunciado expressamente ressalva as hipóteses que envolvam direitos personalíssimos, direitos de terceiros ou disposições de última vontade em sentido contrário, exatamente como ocorre na presente situação.

Dessa forma, deve prevalecer a autonomia privada do testador, manifestada de maneira livre, consciente e expressa, no sentido de que seus bens digitais não integrem o acervo hereditário e não sejam transmitidos em razão de sua morte, em respeito à sua dignidade, à sua memória e à proteção de sua esfera pessoal. Trata-se de exercício legítimo da disposição de última vontade, compatível com o sistema jurídico vigente.

Para melhor elucidação, veja-se o modelo:

MODELO 01

Eu, [NOME COMPLETO DO TESTADOR], [nacionalidade], [estado civil], [profissão], portador(a) do CPF nº [CPF] e do RG nº [RG], residente e domiciliado(a) na [endereço completo], estando em pleno gozo de minhas faculdades mentais, lúcido(a) e consciente, e por minha livre e espontânea vontade, sem qualquer induzimento ou caução, resolvo, por meio deste TESTAMENTO/INSTRUMENTO PARTICULAR, lavrado de acordo com os ditames legais, especialmente os artigos 1.876 e seguintes do Código Civil Brasileiro, declarar minhas disposições de última vontade, especificamente no que diz respeito aos meus bens digitais.

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Declaro, desde já, que, embora a legislação brasileira ainda não disponha de regramento específico acerca da herança digital, firmo minha manifestação de vontade com fundamento no Enunciado nº 40 do Instituto Brasileiro de Direito de Família e Sucessões – IBDFAM, que reconhece que a herança digital pode integrar a sucessão de seu titular, ressalvadas as hipóteses envolvendo direitos personalíssimos, direitos de terceiros e disposições de última vontade em sentido contrário. É justamente com base nesse entendimento que venho, de maneira consciente, registrar minha expressa disposição contrária à transmissão hereditária dos meus bens digitais.

2. DOS BENS DIGITAIS

Para fins de esclarecimentos, entendo por bens digitais, todas as minhas contas, perfis, acessos, conteúdos e direitos relacionados a minha identidade virtual, tais como redes sociais (exemplo: Facebook, Instagram, LinkedIn, Snapchat, TikTok, Twitter/X), contas de e-mail (exemplo: Gmail, Hotmail, Outlook, Yahoo), plataformas de armazenamento em nuvem (exemplo: iCloud, Google Drive, Dropbox), e-books, músicas, filmes e fotos, além de assinaturas, senhas, licenças e qualquer conteúdo eletrônico ou serviço vinculado exclusivamente à minha pessoa e à minha vida privada.

3. DOS HERDEIROS NECESSÁRIOS

[SE HOVER]

Tendo em vista que possuo herdeiros necessários (cônjuge, ascendentes e descendentes), nos termos do art. 1.845 do CC/02, ressalto que a presente disposição em nada compromete a legítima legalmente assegurada, uma vez que o presente instrumento versa apenas a respeito dos bens digitais. E, embora haja bens digitais com valor econômico mensurável, ainda assim, declaro que não desejo que tais ativos digitais sejam transmitidos aos meus herdeiros, nem que integrem o acervo hereditário a ser partilhado, por compreender que sua natureza, em grande parte, é personalíssima e vinculada diretamente à minha privacidade, intimidade, memórias e identidade pessoal. Reitero, portanto, que o conteúdo desses ativos deve ser tratado como intransmissível e, sempre que possível, deverá ser excluído, apagado ou desativado, conforme as diretrizes das plataformas digitais, ainda que estes se enquadrem em obras protegidas pela Lei dos Direitos Autorais (Lei nº 9.610/98).

[SE NÃO HOVER]

Considerando que não possuo cônjuge/companheiro, tampouco descendentes ou ascendentes vivos, o exercício da minha autonomia privada não atingirá herdeiros necessários, deixando expressa minha vontade para que tais bens digitais sejam excluídos da sucessão.

4. DAS TESTEMUNHAS

São testemunhas do presente Testamento as pessoas a seguir nomeadas e qualificadas, sendo todos devidamente capazes, os quais o leram e assinam juntamente comigo, ora Testador:

(Mínimo de 03 testemunhas, de acordo com o artigo 1.876 do Código Civil)

1. Fulano (qualificação: nome completo, CPF, RG, estado civil, profissão e endereço completo);
2. Beltrano (qualificação: nome completo, CPF, RG, estado civil, profissão e endereço completo), e
3. Ciclano (qualificação: nome completo, CPF, RG, estado civil, profissão e endereço completo).

5. DO TESTAMENTEIRO

Nessa oportunidade, designo [NOME COMPLETO DO TESTAMENTEIRO], portador(a) do CPF nº [CPF], [RG], [estado civil], [profissão] e [endereço completo], como pessoa de minha confiança, para que, após meu falecimento, adote todas as providências cabíveis para efetivar as disposições aqui elencadas.

6. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Sendo assim, o presente Testamento, logo após a minha morte, deverá ser levado a registro, inscrição e cumprimento competentes.

Nestes termos, expressando neste TESTAMENTO a disposição de minha última vontade, o qual redigi de próprio punho/por meio eletrônico, o dou por bom, firme e valioso a todo tempo, rogando às autoridades competentes que o cumpram e o façam cumprir tal como nele se contém e declara, e às testemunhas perante as quais li este mesmo testamento, que a confirmem em juízo, em conformidade com a lei.

Dou por concluído o presente TESTAMENTO que, com as aludidas testemunhas, o assino.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

[Nome completo do testador]

TESTEMUNHAS:

1. _____
[NOME COMPLETO]
2. _____
[NOME COMPLETO]
3. _____
[NOME COMPLETO]

MODELO 02

Eu, [NOME COMPLETO DO TESTADOR], [nacionalidade], [estado civil], [profissão], portador(a) do CPF nº [CPF] e do RG nº [RG], residente e domiciliado(a) na [endereço completo], estando em pleno gozo de minhas faculdades mentais, lúcido(a) e consciente, e por minha livre e espontânea vontade, sem qualquer induzimento ou caução, resolvo, por meio deste TESTAMENTO CERRADO, lavrado de acordo com os ditames legais, especialmente os artigos 1.868 e seguintes do Código Civil Brasileiro, declarar minhas disposições de última vontade, especificamente no que diz respeito aos meus bens digitais.

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Declaro, desde já, que, embora a legislação brasileira ainda não disponha de regramento específico acerca da herança digital, firmo minha manifestação de vontade com fundamento no Enunciado nº 40 do Instituto Brasileiro de Direito de Família e Sucessões – IBDFAM, que reconhece que a herança digital pode integrar a sucessão de seu titular, ressalvadas as hipóteses envolvendo direitos personalíssimos, direitos de terceiros e disposições de última vontade em sentido contrário. É justamente com base nesse entendimento que venho, de maneira consciente, registrar minha expressa disposição contrária à transmissão hereditária dos meus bens digitais.

2. DOS BENS DIGITAIS

Para fins de esclarecimentos, entendo por bens digitais, todas as minhas contas, perfis, acessos, conteúdos e direitos relacionados a minha identidade virtual, tais como redes sociais (exemplo: Facebook, Instagram, LinkedIn, Snapchat, TikTok, Twitter/X), contas de e-mail (exemplo: Gmail, Hotmail, Outlook, Yahoo), plataformas de armazenamento em nuvem (exemplo: iCloud, Google Drive, Dropbox), e-books, músicas, filmes e fotos, além de assinaturas, senhas, licenças e qualquer conteúdo eletrônico ou serviço vinculado exclusivamente à minha pessoa e à minha vida privada.

3. DOS HERDEIROS NECESSÁRIOS

[SE HOVER]

Tendo em vista que possuo herdeiros necessários (cônjuge, ascendentes e descendentes), nos termos do art. 1.845 do CC/02, ressalto que a presente disposição em nada compromete a legítima legalmente assegurada, uma vez que o presente instrumento versa apenas a respeito dos bens digitais. E, embora haja bens digitais com valor econômico mensurável, ainda assim, declaro que não desejo que tais ativos digitais sejam transmitidos aos meus herdeiros, nem que integrem o acervo hereditário a ser partilhado, por compreender que sua natureza, em grande parte, é personalíssima e vinculada diretamente à minha privacidade, intimidade, memórias e identidade pessoal. Reitero, portanto, que o conteúdo desses ativos deve ser tratado como intransmissível e, sempre que possível, deverá ser excluído, apagado ou desativado, conforme as diretrizes das plataformas digitais, ainda que estes se enquadrem em obras protegidas pela Lei dos Direitos Autorais (Lei nº 9.610/98).

[SE NÃO HOVER]

Considerando que não possuo cônjuge/companheiro, tampouco descendentes ou ascendentes vivos, o exercício da minha autonomia privada não atingirá herdeiros necessários, deixando expressa minha vontade para que tais bens digitais sejam excluídos da sucessão.

4. DO TESTAMENTEIRO

Nessa oportunidade, designo [NOME COMPLETO DO TESTAMENTEIRO], portador(a) do CPF nº [CPF], [RG], [estado civil], [profissão] e [endereço completo], como pessoa de minha confiança, para que, após meu falecimento, adote todas as providências cabíveis para efetivar as disposições aqui elencadas.

5. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Declaro que o presente testamento foi por mim redigido/mandado redigir, lido e assinado, permanecendo seu conteúdo sob sigilo, devendo ser apresentado ao Tabelião competente para sua aprovação formal, na presença de duas testemunhas, conforme determina o art. 1.868 do Código Civil.

Após a aprovação notarial, deverá este instrumento ser cerrado, costurado e lacrado, produzindo seus efeitos apenas após o meu falecimento, quando então deverá ser aberto judicialmente, nos termos da lei.

Requeiro às autoridades competentes que o cumpram e façam cumprir integralmente minha última vontade aqui manifestada.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

[Nome completo do testador]

AUTO DE APROVAÇÃO

Conforme mencionado, o testamento cerrado exige, obrigatoriamente, auto de aprovação lavrado por tabelião para que produza validade jurídica. Tal formalidade visa autenticar a solenidade da entrega, o lacre do instrumento e a identidade do testador. Não se confunde, contudo, com a leitura do conteúdo do testamento, que permanece secreto e não é submetido à aprovação material pelo tabelião.

Vejamos, a seguir, exemplo de auto de aprovação:

AUTO DE APROVAÇÃO DE TESTAMENTO CERRADO

Aos ... dias do mês de ... do ano de ..., nesta cidade de ... Comarca de ... do Estado de ... em meu Cartório (ou indicar outro local), aprovo o presente testamento cerrado, que me foi apresentado pelo testador [nome], [nacionalidade]. [estado civil], [profissão], portador(a) do CPF nº [CPF] e do RG nº [RG], residente e domiciliado(a) na [endereço completo], declarando ser este seu testamento e que deseja que seja aprovado na forma da lei. Lavrei o presente termo, que li em voz alta ao testador e às testemunhas, que aqui o assinam.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

[Assinatura do tabelião]

[Assinatura do testador]

[Assinatura da testemunha 1]

[Assinatura da testemunha 2]

TESTAMENTO PARA “DESAPARECIMENTO VIRTUAL” / “MORTE DIGITAL”

Este modelo de testamento é destinado aos usuários que, além de não desejarem a transmissão de seus bens digitais aos herdeiros, manifestam expressamente o desejo de um “desaparecimento virtual” ou uma verdadeira “morte digital”. O objetivo é impedir que suas contas permaneçam ativas após o falecimento, evitando a falsa impressão de que ainda estão em uso ou que o titular permanece vivo no ambiente digital.

Essa modalidade também contempla situações em que o testador admite a sucessão de determinados bens digitais, especialmente os de valor econômico, mas, ainda assim, deseja o encerramento de sua presença virtual diante de terceiros. Isso pode se dar por razões relacionadas à proteção da intimidade, da imagem e da personalidade do falecido, ou, simplesmente, por se tratar de uma manifestação legítima de sua vontade.

A seguir, apresenta-se um modelo de testamento adaptado para atender a esse tipo específico de disposição de última vontade.

MODELO 03

Eu, [NOME COMPLETO DO TESTADOR], [nacionalidade], [estado civil], [profissão], portador(a) do CPF nº [CPF] e do RG nº [RG], residente e domiciliado(a) na [endereço completo], estando em pleno gozo de minhas faculdades mentais, lúcido(a) e consciente, e por minha livre e espontânea vontade, sem qualquer induzimento ou caução, resolvo, por meio deste TESTAMENTO/INSTRUMENTO PARTICULAR, lavrado de acordo com os ditames legais, especialmente os artigos 1.876 e seguintes do Código Civil Brasileiro, declarar minhas disposições de última vontade, especificamente no que diz respeito aos meus bens digitais.

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Declaro, desde já, que, embora a legislação brasileira ainda não disponha de regramento específico acerca da herança digital, firmo minha manifestação de vontade com fundamento no Enunciado nº 40 do Instituto Brasileiro de Direito de Família e Sucessões – IBDFAM, que reconhece que a herança digital pode integrar a sucessão de seu titular, ressalvadas as hipóteses envolvendo direitos personalíssimos, direitos de terceiros e disposições de última vontade em sentido contrário. É justamente com base nesse entendimento que venho, de maneira consciente, registrar minha expressa disposição contrária à transmissão hereditária dos meus bens digitais.

2. DOS BENS DIGITAIS

Para fins de esclarecimentos, entendo por bens digitais, todas as minhas contas, perfis, acessos, conteúdos e direitos relacionados a minha identidade virtual, tais como redes sociais (exemplo: Facebook, Instagram, LinkedIn, Snapchat, TikTok, Twitter/X), contas de e-mail (exemplo: Gmail, Hotmail, Outlook, Yahoo), plataformas de armazenamento em nuvem (exemplo: iCloud, Google Drive, Dropbox), e-books, músicas, filmes e fotos, além de assinaturas, senhas, licenças e qualquer conteúdo eletrônico ou serviço vinculado exclusivamente à minha pessoa e à minha vida privada.

3. DO DESAPARECIMENTO VIRTUAL

Declaro expressamente que NÃO DESEJO que quaisquer dos meus bens digitais sejam transmitidos/sucedido, nem que integrem o acervo hereditário. Mais do que isso, manifesto minha vontade de que, após o meu falecimento, ocorra o meu desaparecimento completo no ambiente digital, não desejando que minhas contas permaneçam ativas, visíveis ou acessíveis, ainda que sob a forma de memorial. Esclareço que tal decisão decorre do fato de que não pretendo que terceiros continuem visualizando minhas publicações, imagens, opiniões ou interações como se eu ainda estivesse vivo(a), tampouco desejo que sejam feitos comentários, marcações, menções ou qualquer tipo de manifestação pública em perfis vinculados ao meu nome, sem que eu tenha controle sobre o conteúdo veiculado. Tal permanência no ambiente virtual, pode causar confusão há terceiros, acreditando que ainda estou vivo, bem como comprometer minha imagem, honra, reputação e memória, valores que desejo preservar mesmo após a minha morte. Nesse sentido, fundamento esta disposição no art. 20, caput e parágrafo único, do Código Civil de 2002, que assegura proteção à imagem e à honra da pessoa, inclusive após o falecimento, legitimando a adoção de medidas para evitar exposições indevidas ou ofensivas à memória do falecido. Assim, minha vontade deve ser respeitada como extensão dos direitos da personalidade, de natureza extrapatrimonial e intransmissível. Determino, portanto, que todas as minhas contas digitais sejam definitivamente excluídas, inclusive perfis em redes sociais, contas de e-mail, serviços de armazenamento em nuvem e quaisquer outras plataformas digitais, vedada a transformação em perfis memoriais, salvo se tecnicamente impossível a exclusão, hipótese em que deverá ser solicitada a máxima restrição de acesso e visibilidade permitida pela plataforma.

4. DO TESTAMENTEIRO

Para efetivo cumprimento desta vontade, designo [NOME COMPLETO DO TESTAMENTEIRO], portador(a) do CPF nº [CPF], [RG], [estado civil], [profissão] e [endereço completo], como pessoa de minha confiança, para que, após meu falecimento, adote todas as providências cabíveis para efetivar a minha “morte digital”, com o único objetivo de promover a exclusão definitiva das minhas contas e conteúdos digitais.

5. DOS HERDEIROS

[SE HOVER]

Tendo em vista que possuo herdeiros necessários (cônjuge, ascendentes e descendentes), nos termos do art. 1.845 do CC/02, ressalto que a presente disposição em nada compromete a legítima legalmente assegurada, uma vez que o presente instrumento versa apenas a respeito dos bens digitais. E, embora haja bens digitais com valor econômico mensurável, ainda assim, declaro que não desejo que tais ativos digitais sejam transmitidos aos meus herdeiros, nem que integrem o acervo hereditário a ser partilhado, por compreender que sua natureza, em grande parte, é personalíssima e vinculada diretamente à minha privacidade, intimidade, memórias e identidade pessoal. Reitero, portanto, que o conteúdo desses ativos deve ser tratado como intransmissível e, sempre que possível, deverá ser excluído, apagado ou desativado, conforme as diretrizes das plataformas digitais, ainda que estes se enquadrem em obras protegidas pela Lei dos Direitos Autorais (Lei nº 9.610/98).

[SE NÃO HOVER]

Considerando que não possuo cônjuge/companheiro, tampouco descendentes ou ascendentes vivos, o exercício da minha autonomia privada não atingirá herdeiros necessários, deixando expressa minha vontade para que tais bens digitais sejam excluídos da sucessão.

6. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Nestes termos, expressando neste TESTAMENTO a disposição de minha última vontade, o qual redigi de próprio punho/por meio eletrônico, o dou por bom, firme e valioso a todo tempo, rogando às autoridades competentes que o cumpram e o façam cumprir tal como nele se contém e declara, e às testemunhas perante as quais li este mesmo testamento, que a confirmem em juízo, em conformidade com a lei.

Dou por concluído o presente TESTAMENTO que, com as aludidas testemunhas, o assino.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

[Nome completo do testador]

TESTEMUNHAS:

1. _____
[NOME COMPLETO]

2. _____
[NOME COMPLETO]

3. _____
[NOME COMPLETO]

TESTAMENTO PARA BENS DIGITAIS COM VALOR ECONÔMICO

Este modelo é voltado para usuários que desejam transmitir apenas os bens digitais com valor econômico aos seus herdeiros, resguardando, por vontade própria, todos os demais ativos de natureza personalíssima. Parte-se da premissa de que o ambiente virtual é uma extensão da vida real, e, portanto, a sucessão de conteúdos íntimos, como mensagens, registros pessoais e contas de uso individual, poderia configurar violação à privacidade e à personalidade do falecido, valores protegidos constitucionalmente.

Assim, o testador manifesta que somente ativos digitais capazes de gerar receita ou que possuam valor patrimonial, como canais monetizados, perfis de redes sociais monetizados, criptomoedas, obras digitais protegidas por direitos autorais e similares sejam transmitidos por ocasião de sua morte, excluindo os demais bens de cunho íntimo ou afetivo, ou simplesmente porque assim reflete sua vontade legítima.

A seguir, apresenta-se o modelo que contempla essa finalidade.

MODELO 04

Eu, [NOME COMPLETO DO TESTADOR], [nacionalidade], [estado civil], [profissão], portador(a) do CPF nº [CPF] e do RG nº [RG], residente e domiciliado(a) na [endereço completo], estando em pleno gozo de minhas faculdades mentais, lúcido(a) e consciente, e por minha livre e espontânea vontade, sem qualquer induzimento ou caução, resolvo, por meio deste TESTAMENTO/INSTRUMENTO PARTICULAR, lavrado de acordo com os ditames legais, especialmente os artigos 1.876 e seguintes do Código Civil Brasileiro, declarar minhas disposições de última vontade, especificamente no que diz respeito aos meus bens digitais.

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Declaro, desde já, que, embora a legislação brasileira ainda não disponha de regramento específico acerca da herança digital, firmo minha manifestação de vontade com fundamento no Enunciado nº 40 do Instituto Brasileiro de Direito de Família e Sucessões – IBDFAM, que reconhece que a herança digital pode integrar a sucessão de seu titular, ressalvadas as hipóteses envolvendo direitos personalíssimos, direitos de terceiros e disposições de última vontade em sentido contrário. É justamente com base nesse entendimento que venho, de maneira consciente, registrar minha disposição favorável à transmissão dos bens digitais, EXCLUSIVAMENTE, com valor patrimonial mensurável.

2. DOS BENS DIGITAIS COM VALOR ECONÔMICO

Para fins de esclarecimento, entendo por bens digitais com valor econômico todos aqueles suscetíveis de avaliação patrimonial e com capacidade de gerar renda, como obras artísticas, literárias e científicas protegidas pelos direitos autorais em que dispõem de conteúdos digitais rentáveis, criptomoedas, tokens e NFTs, ativos digitais monetizados (contas em plataformas digitais com receita ativa), créditos em carteiras digitais (contas em plataforma de apostas regulamentadas em que há valores depositados na carteira), marketplaces, produtos/infoprodutos digitais, e dentre outros de natureza semelhantes.

3. DOS HERDEIROS

Nomeio como meus herdeiros:

1. [Nome completo do cônjuge/companheiro(a)- se houver], inscrito(a) no CPF nº [número do CPF], residente e domiciliado (a) à [endereço completo].
2. [Nome completo do filho(a) 1 – se houver], inscrito no CPF nº [número do CPF], residente e domiciliado à [endereço completo].
3. [Nome completo do filho(a) 2 – se houver], inscrito no CPF nº [número do CPF], residente e domiciliado à [endereço completo].
4. [Nome completo do genitor – se houver], inscrito no CPF nº [número do CPF], residente e domiciliado à [endereço completo].
5. [Nome completo de terceiro que deseja tornar herdeiro – se houver], inscrito no CPF nº [número do CPF], residente e domiciliado à [endereço completo].

Considerando a existência de herdeiros necessários (cônjuge/companheira e filhos), a presente disposição testamentária deverá observar o limite da parte disponível da herança, conforme preceitua o art. 1.857, § 1º, do Código Civil. Caso o valor dos bens especificados exceda a parte disponível, deverá ser feita a devida adequação, respeitando-se a legítima dos herdeiros necessários, nos termos dos arts. 1.849 e seguintes do Código Civil.

4. DA PARTILHA DOS BENS

Determino que os bens digitais com valoração econômica integrem o meu acervo hereditário, devendo ser partilhados entre os meus sucessores legais na forma dos arts. 1.789, 1.829 e 1.846, do Código Civil brasileiro.

Esclareço que esta disposição não abrange bens digitais de caráter personalíssimo, como perfis pessoais em redes sociais, contas de e-mail privadas (de uso pessoal), arquivos de caráter íntimo ou conteúdo vinculado exclusivamente à minha vida privada, os quais não deverão ser transmitidos, por sua natureza intransmissível, bem como pelo meu desejo pessoal.

(Caso o testador tenha o desejo de ser mais específico poderá usar o presente tópico para destrinchar a porcentagem das cotas dos bens digitais com valor econômico para cada herdeiro. Ex: Testador casado em regime de comunhão parcial de bens e com dois filhos, o qual passou a produzir bens digitais após o casamento deseja deixar 50% do patrimônio econômico digital para sua esposa, bem como 25% para cada um de seus dois filhos).

5. DO LEGADO

(Caso o testador busque dividir bens digitais específicos para cada um de seus herdeiros, ou até mesmo destinar um certo bem a um indivíduo, basta incluir o tópico do legado detalhando a sucessão).

Determino que o ativo digital [busque descrevê-lo, exemplo: e-book de minha autoria do gênero distopia, armazenado na nuvem “Icloud” na pasta “Livro Digital”] seja legado a [NOME COMPLETO DO LEGATÁRIO], portador(a) do CPF nº [CPF], como reconhecimento do apoio emocional e incentivo de realização da referida obra, a qual poderá ser explorada conforme desejar, desde que preserve a minha imagem, nos termos da Lei nº 9.610/98.

Declaro que o presente legado será extraído da parte disponível do meu patrimônio, sem prejudicar a legítima dos herdeiros necessários, nos termos dos artigos 1.848 e 1.857, §1º, do Código Civil. Caso o valor legado exceda os limites permitidos por lei, deverá ser reduzido proporcionalmente, preservando-se a legítima.

Esclareço que esta disposição não abrange bens digitais de caráter personalíssimo, como perfis pessoais em redes sociais, contas de e-mail privadas (de uso pessoal), arquivos de caráter íntimo ou conteúdo vinculado exclusivamente à minha vida privada, os quais não deverão ser transmitidos, por sua natureza intransmissível, bem como pelo meu desejo pessoal.

(Caso o testador tenha o desejo de ser mais específico poderá usar o presente tópico para destrinchar a porcentagem das cotas dos bens digitais com valor econômico para cada herdeiro. Ex: Testador casado em regime de comunhão parcial de bens e com dois filhos, o qual passou a produzir bens digitais após o casamento deseja deixar 50% do patrimônio econômico digital para sua esposa, bem como 25% para cada um de seus dois filhos).

5. DO LEGADO

(Caso o testador busque dividir bens digitais específicos para cada um de seus herdeiros, ou até mesmo destinar um certo bem a um indivíduo, basta incluir o tópico do legado detalhando a sucessão).

Determino que o ativo digital [busque descrevê-lo, exemplo: e-book de minha autoria do gênero distopia, armazenado na nuvem “Icloud” na pasta “Livro Digital”] seja legado a [NOME COMPLETO DO LEGATÁRIO], portador(a) do CPF nº [CPF], como reconhecimento do apoio emocional e incentivo de realização da referida obra, a qual poderá ser explorada conforme desejar, desde que preserve a minha imagem, nos termos da Lei nº 9.610/98.

Declaro que o presente legado será extraído da parte disponível do meu patrimônio, sem prejudicar a legítima dos herdeiros necessários, nos termos dos artigos 1.848 e 1.857, §1º, do Código Civil. Caso o valor legado exceda os limites permitidos por lei, deverá ser reduzido proporcionalmente, preservando-se a legítima.

6. DO TESTAMENTEIRO

Nessa oportunidade, designo [NOME COMPLETO DO TESTAMENTEIRO], portador(a) do CPF nº [CPF], [RG], [estado civil], [profissão] e [endereço completo], como pessoa de minha confiança, para que, após meu falecimento, adote todas as providências cabíveis para efetivar as disposições aqui elencadas, visto que dispõe de todas as minhas senhas de acesso ao meu referido acervo digital.

7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Sendo assim, o presente Testamento, logo após a minha morte, deverá ser levado a registro, inscrição e cumprimento competentes.

Nestes termos, expressando neste TESTAMENTO a disposição de minha última vontade, o qual redigi de próprio punho/por meio eletrônico, o dou por bom, firme e valioso a todo tempo, rogando às autoridades competentes que o cumpram e o façam cumprir tal como nele se contém e declara, e às testemunhas perante as quais li este mesmo testamento, que a confirmem em juízo, em conformidade com a lei.

Dou por concluído o presente TESTAMENTO que, com as aludidas testemunhas, o assino.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

[Nome completo do testador]

TESTEMUNHAS:

1. _____
[NOME COMPLETO]

2. _____
[NOME COMPLETO]

3. _____
[NOME COMPLETO]



TESTAMENTO PARA TRANSMISSÃO DE ACERVO DIGITAL COMPLETO

Este modelo é destinado aos usuários que desejam transmitir integralmente o seu acervo digital aos herdeiros e/ou legatários, incluindo tanto os bens digitais com valor econômico quanto aqueles sem valoração patrimonial. O testador entende que tais conteúdos, ainda que envolvam aspectos pessoais, não violam sua imagem, intimidade ou privacidade, sendo legítima sua sucessão após o falecimento.

A disposição reflete uma manifestação de vontade clara, que reconhece o valor afetivo, histórico ou simbólico de determinados conteúdos digitais, ao lado de seu eventual valor econômico, permitindo que todo o acervo virtual seja preservado e continuado por seus sucessores.

A seguir, apresenta-se o modelo correspondente a essa finalidade.

MODELO 05

Eu, [NOME COMPLETO DO TESTADOR], [nacionalidade], [estado civil], [profissão], portador(a) do CPF nº [CPF] e do RG nº [RG], residente e domiciliado(a) na [endereço completo], estando em pleno gozo de minhas faculdades mentais, lúcido(a) e consciente, e por minha livre e espontânea vontade, sem qualquer induzimento ou caução, resolvo, por meio deste TESTAMENTO/INSTRUMENTO PARTICULAR, lavrado de acordo com os ditames legais, especialmente os artigos 1.857, 1.876 e seguintes do Código Civil Brasileiro, declarar minhas disposições de última vontade, especificamente no que diz respeito ao meu acervo digital completo, abrangendo tanto bens com valor econômico quanto sem valor econômico, fixados em ambiente virtual.

1.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Declaro que, embora ainda não exista legislação específica e sistematizada sobre a herança digital, firmo esta manifestação de vontade com base no Enunciado nº 40 do Instituto Brasileiro de Direito de Família e Sucessões – IBDFAM, que reconhece que a herança digital pode integrar a sucessão do seu titular, ressalvadas as hipóteses envolvendo direitos personalíssimos, direitos de terceiros e disposições de última vontade em sentido contrário. É com base no referido enunciado que venho, de forma consciente e inequívoca, dispor sobre o destino integral do meu acervo digital, incluindo bens com valor econômico (como ilustrações autorais, livros digitais, conteúdos rentáveis, contas monetizadas, criptoativos, milhas aéreas) e bens sem valor econômico, de natureza pessoal ou afetiva (como perfis em redes sociais, e-mails, arquivos privados), os quais desejo que sejam transferidos aos meus herdeiros.

2. DO ACERVO DIGITAL COM VALOR ECONÔMICO

Para fins de esclarecimento, entendo como bens digitais com valor econômico todos aqueles suscetíveis de exploração financeira ou rentável, tais como obras autorais protegidas pela Lei nº 9.610/98 (artigos, textos e livros digitais, ilustrações, vídeos, infoprodutos, cursos), carteiras digitais com saldo financeiro, contas monetizadas por visualizações, criptoativos, produtos digitais licenciáveis e dentre outros semelhantes.

3. DO ACERVO DIGITAL SEM VALOR ECONÔMICO

Quanto aos bens digitais de natureza pessoal, entendo ser os meus perfis em redes sociais, contas de e-mail, arquivos de lembranças, fotografias, mensagens, rascunhos de projetos, textos e diários digitais, os quais não têm valor patrimonial, mas compõem minha memória afetiva e identidade virtual.

4. DOS HERDEIROS

Nomeio como meus herdeiros:

1. [Nome completo do cônjuge/companheiro(a)- se houver], inscrito(a) no CPF nº [número do CPF], residente e domiciliado (a) à [endereço completo].]
2. [Nome completo do filho(a) 1 – se houver], inscrito no CPF nº [número do CPF], residente e domiciliado à [endereço completo].
3. [Nome completo do filho(a) 2 – se houver], inscrito no CPF nº [número do CPF], residente e domiciliado à [endereço completo].
4. [Nome completo do genitor – se houver], inscrito no CPF nº [número do CPF], residente e domiciliado à [endereço completo].
5. [Nome completo de terceiro que deseja tornar herdeiro – se houver], inscrito no CPF nº [número do CPF], residente e domiciliado à [endereço completo].

Considerando a existência de herdeiros necessários (cônjuge/companheira e filhos), a presente disposição testamentária deverá observar o limite da parte disponível da herança, conforme preceitua o art. 1.857, § 1º, do Código Civil. Caso o valor dos bens especificados exceda a parte disponível, deverá ser feita a devida adequação, respeitando-se a legítima dos herdeiros necessários, nos termos dos arts. 1.849 e seguintes do Código Civil.

(Nesse tópico é recomendável que o testador liste todos os bens digitais que compõem o seu acervo).

5. DA PARTILHA DOS BENS

Determino que os bens digitais com e sem valoração econômica integrem o meu acervo hereditário, devendo ser partilhados entre os meus sucessores legais na forma dos arts. 1.789, 1.829 e 1.846, do Código Civil brasileiro.

Esclareço que esta disposição não abrange bens digitais de caráter personalíssimo, como perfis pessoais em redes sociais, contas de e-mail privadas (de uso pessoal), arquivos de caráter íntimo ou conteúdo vinculado exclusivamente à minha vida privada, os quais não deverão ser transmitidos, por sua natureza intransmissível, bem como pelo meu desejo pessoal.

(Caso o testador tenha o desejo de ser mais específico poderá usar o presente tópico para destrinchar a porcentagem das cotas dos bens digitais com valor econômico para cada herdeiro. Ex: Testador casado em regime de comunhão parcial de bens e com dois filhos, o qual passou a produzir bens digitais após o casamento deseja deixar 50% do patrimônio econômico digital para sua esposa, bem como 25% para cada um de seus dois filhos).

6. DO LEGADO

(Caso o testador busque dividir bens digitais específicos para cada um de seus herdeiros, ou até mesmo destinar um certo bem a um indivíduo, basta incluir o tópico do legado detalhando a sucessão).

Determino que o ativo digital [busque descrevê-lo, exemplo: fotos pessoais, armazenado na nuvem "Icloud" na pasta "Livro Digital"] seja legado a [NOME COMPLETO DO LEGATÁRIO], portador(a) do CPF nº [CPF], como reconhecimento dos bons momentos que passamos juntos e que possa nessas fotos recordar da nossa história com carinho, desde que preserve a minha imagem, nos termos do art. 20, caput e parágrafo único do Código Civil e da Lei nº 9.610/98.

Declaro que o presente legado será extraído da parte disponível do meu patrimônio, sem prejudicar a legítima dos herdeiros necessários [SE HOUVER], nos termos dos artigos 1.848 e 1.857, §1º, do Código Civil. Caso o valor legado exceda os limites permitidos por lei, deverá ser reduzido proporcionalmente, preservando-se a legítima.

7. DO TESTAMENTEIRO

Designo como testamenteiro(a) o(a) próprio(a) legatário(a), [NOME COMPLETO], CPF nº [CPF], já qualificado(a), conferindo-lhe poderes para zelar pela execução integral das disposições aqui previstas, especialmente quanto ao acesso, administração e encerramento das contas e plataformas digitais vinculadas ao meu nome.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Sendo assim, o presente Testamento, logo após a minha morte, deverá ser levado a registro, inscrição e cumprimento competentes.

Nestes termos, expressando neste TESTAMENTO a disposição de minha última vontade, o qual redigi de próprio punho/por meio eletrônico, o dou por bom, firme e valioso a todo tempo, rogando às autoridades competentes que o cumpram e o façam cumprir tal como nele se contém e declara, e às testemunhas perante as quais li este mesmo testamento, que a confirmem em juízo, em conformidade com a lei.

Dou por concluído o presente TESTAMENTO que, com as aludidas testemunhas, o assino.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

[Nome completo do testador]

TESTEMUNHAS:

1. _____
[NOME COMPLETO]

2. _____
[NOME COMPLETO]

3. _____
[NOME COMPLETO]

TESTAMENTO PARA TRANSMISSÃO DE ACERVO DIGITAL A PESSOA ESPECÍFICA

Este modelo destina-se aos usuários que desejam que a totalidade ou parte de seu acervo de bens digitais seja transmitida exclusivamente a uma pessoa determinada, eleita pelo testador como sucessora desse patrimônio digital. Trata-se de uma manifestação legítima da autonomia privada, pela qual o testador confia a administração, continuidade ou preservação de seu acervo virtual a alguém de sua especial confiança.

Ressalta-se, contudo, que tal disposição deverá observar rigorosamente os limites da legítima, nos termos do Código Civil. Para a aferição da parte disponível, será considerada a totalidade do patrimônio do testador, englobando bens digitais e não digitais, e não apenas o acervo virtual isoladamente. Assim, a transmissão exclusiva dos bens digitais a uma pessoa específica somente será plenamente válida se respeitada a parcela mínima legalmente assegurada aos herdeiros necessários.

A seguir, apresenta-se o modelo correspondente a essa modalidade de disposição testamentária.

MODELO 06

Eu, [NOME COMPLETO DO TESTADOR], [nacionalidade], [estado civil], [profissão], portador(a) do CPF nº [CPF] e do RG nº [RG], residente e domiciliado(a) na [endereço completo], estando em pleno gozo de minhas faculdades mentais, lúcido(a) e consciente, e por minha livre e espontânea vontade, sem qualquer induzimento ou caução, resolvo, por meio deste TESTAMENTO/INSTRUMENTO PARTICULAR, lavrado de acordo com os ditames legais, especialmente os artigos 1.857, 1.876 e seguintes do Código Civil Brasileiro, declarar minhas disposições de última vontade, especificamente no que diz respeito ao meu acervo digital completo, abrangendo tanto bens com valor econômico quanto sem valor econômico, fixados em ambiente virtual.

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Declaro que, embora ainda não exista legislação específica e sistematizada sobre a herança digital, firmo esta manifestação de vontade com base no Enunciado nº 40 do Instituto Brasileiro de Direito de Família e Sucessões – IBDFAM, que reconhece que a herança digital pode integrar a sucessão do seu titular, ressalvadas as hipóteses envolvendo direitos personalíssimos, direitos de terceiros e disposições de última vontade em sentido contrário. É com base no referido enunciado que venho, de forma consciente e inequívoca, dispor sobre o destino integral do meu acervo digital, incluindo bens com valor econômico (como ilustrações autorais, livros digitais, conteúdos rentáveis, contas monetizadas, criptoativos, milhas aéreas) e bens sem valor econômico, de natureza pessoal ou afetiva (como perfis em redes sociais, e-mails, arquivos privados), os quais desejo que sejam transferidos a uma única pessoa de minha confiança, por reconhecer nela a capacidade técnica, ética e afetiva de zelar por esse legado com respeito e cautela.

2. DO ACERVO DIGITAL COM VALOR ECONÔMICO

Para fins de esclarecimento, entendo como bens digitais com valor econômico todos aqueles suscetíveis de exploração financeira ou rentável, tais como obras autorais protegidas pela Lei nº 9.610/98 (artigos, textos e livros digitais, ilustrações, vídeos, infoprodutos, cursos), carteiras digitais com saldo financeiro, contas monetizadas por visualizações, criptoativos, produtos digitais licenciáveis e dentre outros semelhantes.

3. DO ACERVO DIGITAL SEM VALOR ECONÔMICO

Quanto aos bens digitais de natureza pessoal, entendo ser os meus perfis em redes sociais, contas de e-mail, arquivos de lembranças, fotografias, mensagens, rascunhos de projetos, textos e diários digitais, os quais não têm valor patrimonial, mas compõem minha memória afetiva e identidade virtual. Manifesta-se, portanto, minha vontade de que tais bens também sejam geridos e mantidos ou excluídos, conforme avaliação e critério exclusivo de [NOME DO BENEFICIÁRIO], de modo a preservar minha privacidade post mortem e minha imagem, nos termos do art. 20, caput e parágrafo único do Código Civil.

(Caso o testador deseje destinar apenas parte do seu acervo digital a uma pessoa específica de sua confiança, por exemplo, apenas os ativos digitais com valor econômico, é plenamente possível adaptar os tópicos acima, utilizando, se necessário, o modelo exclusivo de testamento voltado para bens digitais com valor patrimonial, já apresentado neste material.

Isso porque os modelos aqui expostos têm caráter meramente exemplificativo e orientador, podendo ser combinados entre si e ajustados conforme a vontade do testador. O objetivo é oferecer um norte de acordo com a legislação disponível e flexível para facilitar a organização das ideias e a elaboração de disposições objetivas sobre a transmissão dos bens digitais, sobretudo daqueles protegidos por direitos autorais, que exigem atenção técnica específica no planejamento sucessório).

4. DO LEGADO

Instituo, a título de legado, todo o meu acervo digital – com e sem valor econômico para [NOME COMPLETO DO LEGATÁRIO], CPF nº [CPF], reconhecendo sua aptidão para administrar e proteger este conteúdo de forma responsável. Ademais, declaro que o presente legado será extraído da parte disponível do meu patrimônio, sem prejuízo da legítima dos herdeiros necessários [SE HOVER]. Caso ultrapasse os limites legais, sua extensão será ajustada conforme o art. 1.967 do Código Civil. (Nesse tópico é recomendável que o testador liste todos os bens digitais que compõem o seu acervo).

5. DO TESTAMENTEIRO

Designo como testamenteiro(a) o(a) próprio(a) legatário(a), [NOME COMPLETO], CPF nº [CPF], já qualificado(a), conferindo-lhe poderes para zelar pela execução integral das disposições aqui previstas, especialmente quanto ao acesso, administração e encerramento das contas e plataformas digitais vinculadas ao meu nome.

6. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Sendo assim, o presente Testamento, logo após a minha morte, deverá ser levado a registro, inscrição e cumprimento competentes.

Nestes termos, expressando neste TESTAMENTO a disposição de minha última vontade, o qual redigi de próprio punho/por meio eletrônico, o dou por bom, firme e valioso a todo tempo, rogando às autoridades competentes que o cumpram e o façam cumprir tal como nele se contém e declara, e às testemunhas perante as quais li este mesmo testamento, que a confirmem em juízo, em conformidade com a lei.

Dou por concluído o presente TESTAMENTO que, com as aludidas testemunhas, o assino.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

[Nome completo do testador]

TESTEMUNHAS:

1. _____
[NOME COMPLETO]

2. _____
[NOME COMPLETO]

3. _____
[NOME COMPLETO]



TESTAMENTO DIGITAL PARA CONTAS CONJUNTAS OU COMPARTILHADAS

Este modelo de testamento é indicado para usuários que detenham contas digitais compartilhadas, como podcasts, canais de YouTube, perfis de redes sociais, contas de streaming ou outras mídias colaborativas similares, e que não possuam instrumento contratual prévio regulando os efeitos da morte de um dos proprietários.

Diante da ausência de cláusula contratual ou societária específica, o testador pode se valer do testamento para regular a sucessão de sua quota-parte sobre os direitos patrimoniais incidentes sobre o canal ou conteúdo compartilhado, da mesma forma que ocorre em participações societárias. Dessa maneira, é possível prever, por exemplo, se a parte do falecido poderá ser transmitida aos seus herdeiros, ou, em caso de venda, se será oferecida prioritariamente ao proprietário sobrevivente, ou mesmo se a atividade deverá ser encerrada.

O modelo a seguir oferece uma estrutura para que o testador exerça sua autonomia privada e previna eventuais conflitos.

MODELO 07

Eu, [NOME COMPLETO DO TESTADOR], [nacionalidade], [estado civil], [profissão], portador(a) do CPF nº [CPF] e do RG nº [RG], residente e domiciliado(a) na [endereço completo], estando em pleno gozo de minhas faculdades mentais, lúcido(a) e consciente, e por minha livre e espontânea vontade, sem qualquer induzimento ou caução, resolvo, por meio deste TESTAMENTO/INSTRUMENTO PARTICULAR, lavrado de acordo com os ditames legais, especialmente os artigos 1.857, 1.876 e seguintes do Código Civil Brasileiro, declarar minhas disposições de última vontade, especificamente no que diz respeito às minhas contas digitais conjuntas ou compartilhadas, dotadas de valor econômico.

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Declaro que, embora inexista legislação específica sobre herança digital, fundamento este testamento no Enunciado nº 40 do Instituto Brasileiro de Direito de Família e Sucessões – IBDFAM, o qual reconhece que a herança digital pode integrar a sucessão de seu titular, ressalvadas as hipóteses de direitos personalíssimos, direitos de terceiros e disposições de última vontade em sentido contrário. Reconheço que as contas digitais aqui tratadas possuem natureza econômica e empresarial, pois são exploradas de forma contínua, organizada e com finalidade lucrativa, assemelhando-se a atividade empresarial ou sociedade de fato, razão pela qual merecem tratamento sucessório específico, a fim de preservar a continuidade do projeto e evitar a entrada de terceiros estranhos à sua essência.

2. DAS CONTAS DIGITAIS CONJUNTAS OU COMPARTILHADAS

Para fins de esclarecimento, considero como contas digitais conjuntas ou compartilhadas aquelas administradas por mim em conjunto com terceiros, especialmente sócios ou parceiros criativos, sendo elas: [LISTE AS CONTAS CONJUNTAS OU COMPARTILHADAS, EXEMPLOS: CONTA DE PODCAST NO YOUTUBE DE PROPRIEDADE DE MAIS DE UMA PESSOA, CONTA EM STREAMING, PERFIS NO INSTAGRAM, TIKTOK E DEMAIS REDES SOCIAIS, CANAIS E CONTAS MONETIZADAS EM PLATAFORMAS DIGITAIS E DEMAIS BENS DIGITAIS COMPARTILHADOS COM NATUREZA SEMELHANTE].

3. DA NATUREZA JURÍDICA E DA VEDAÇÃO À VENDA A TERCEIROS

Declaro expressamente que a minha participação nas referidas contas digitais NÃO poderá ser vendida, cedida ou transferida a terceiros estranhos ao projeto, vedando-se a entrada de pessoas que não integrem originalmente a atividade, em razão do caráter pessoal, criativo e intuitu personae da relação estabelecida entre os sócios.

Tal vedação fundamenta-se nos princípios da preservação da empresa, da boa-fé objetiva e da autonomia privada, bem como por analogia às regras dos arts. 997, 1.028, 1.031 e seguintes do Código Civil, aplicáveis às sociedades e à apuração de haveres.

4. DO DESTINO DA PARTE DO TESTADOR APÓS O FALECIMENTO

Em caso do meu falecimento, determino que a parte que me cabe nas contas digitais conjuntas ou compartilhadas seja tratada da seguinte forma, à escolha dos meus herdeiros, observada a legalidade:

Opção 1 – Cessão ao sócio sobrevivente:

Os herdeiros poderão vender a minha quota-parte ao sócio sobrevivente, mediante apuração do valor econômico da participação, observando-se critérios razoáveis de avaliação e pagamento, preservando-se a continuidade da atividade digital.

Opção 2 – Percepção de lucros:

Alternativamente, os herdeiros poderão optar por não alienar a quota, fazendo jus apenas à percepção proporcional dos lucros gerados pelas contas digitais, enquanto a atividade permanecer em funcionamento, sem ingerência direta na gestão do canal ou plataforma, que ficará a cargo do sócio sobrevivente.

Em qualquer hipótese, fica expressamente vedada a interferência dos herdeiros na linha editorial, criativa ou administrativa das contas digitais (ou seja, sem interferência no conteúdo em que será produzido).

ATENÇÃO: Tais opções refere-se para contas que não possuam um contrato regulamentando como tais bens digitais compartilhados ficarão após o falecimento de um dos sócios/parceiros.

5. DOS HERDEIROS

Nomeio como meus herdeiros:

1. [Nome completo do cônjuge/companheiro(a)- se houver], inscrito(a) no CPF nº [número do CPF], residente e domiciliado (a) à [endereço completo].
2. [Nome completo do filho(a) 1 – se houver], inscrito no CPF nº [número do CPF], residente e domiciliado à [endereço completo].
3. [Nome completo do filho(a) 2 – se houver], inscrito no CPF nº [número do CPF], residente e domiciliado à [endereço completo].
4. [Nome completo do genitor – se houver], inscrito no CPF nº [número do CPF], residente e domiciliado à [endereço completo].
5. [Nome completo de terceiro que deseja tornar herdeiro – se houver], inscrito no CPF nº [número do CPF], residente e domiciliado à [endereço completo].

Considerando a existência de herdeiros necessários (cônjuge/companheira e filhos), a presente disposição testamentária deverá observar o limite da parte disponível da herança, conforme preceitua o art. 1.857, § 1º, do Código Civil. Caso o valor dos bens especificados exceda a parte disponível, deverá ser feita a devida adequação, respeitando-se a legítima dos herdeiros necessários, nos termos dos arts. 1.849 e seguintes do Código Civil.

6. DO TESTAMENTEIRO

Para efetivo cumprimento desta vontade, designo [NOME COMPLETO DO TESTAMENTEIRO], portador(a) do CPF nº [CPF], [RG], [estado civil], [profissão] e [endereço completo], como pessoa de minha confiança, para que adote todas as providências cabíveis para o fiel cumprimento deste testamento, inclusive interlocução com plataformas digitais, sócios sobreviventes e herdeiros.

7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Sendo assim, o presente Testamento, logo após a minha morte, deverá ser levado a registro, inscrição e cumprimento competentes.

Nestes termos, expressando neste TESTAMENTO a disposição de minha última vontade, o qual redigi de próprio punho/por meio eletrônico, o dou por bom, firme e valioso a todo tempo, rogando às autoridades competentes que o cumpram e o façam cumprir tal como nele se contém e declara, e às testemunhas perante as quais li este mesmo testamento, que a confirmem em juízo, em conformidade com a lei.

Dou por concluído o presente TESTAMENTO que, com as aludidas testemunhas, o assino.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

[Nome completo do testador]

TESTEMUNHAS:

1. _____
[NOME COMPLETO]

2. _____
[NOME COMPLETO]

3. _____
[NOME COMPLETO]



TESTAMENTO DIGITAL PARA BENS PROTEGIDOS PELO DIREITO AUTORAL

Este modelo é voltado para criadores que produzem obras artísticas, científicas ou literárias no ambiente digital e desejam que tais criações sejam transmitidas aos seus herdeiros após o falecimento. Conforme dispõe o art. 41 da Lei nº 9.610/98 (Lei de Direitos Autorais), os direitos patrimoniais do autor são transmissíveis por sucessão, garantindo aos herdeiros a possibilidade de administrar e explorar economicamente as obras durante o prazo legal de proteção.

A seguir, são apresentados modelos de testamento que contemplam, de forma mais abrangente, a sucessão de bens autorais digitais, bem como modelos específicos voltados a diferentes tipos de obras, como fotografias, vídeos, músicas, textos literários, ilustrações digitais, entre outras. Cada modelo foi estruturado para facilitar a expressão da vontade do testador conforme a natureza da obra produzida.

Confira abaixo os modelos disponíveis.

MODELO 08

Eu, [NOME COMPLETO DO TESTADOR], [nacionalidade], [estado civil], [profissão], portador(a) do CPF nº [CPF] e do RG nº [RG], residente e domiciliado(a) na [endereço completo], estando em pleno gozo de minhas faculdades mentais, lúcido(a) e consciente, e por minha livre e espontânea vontade, sem qualquer induzimento ou caução, resolvo, por meio deste TESTAMENTO/INSTRUMENTO PARTICULAR, lavrado de acordo com os ditames legais, especialmente os artigos 1.857, 1.876 e seguintes do Código Civil Brasileiro, declarar minhas disposições de última vontade, especificamente no que diz respeito aos meus bens digitais protegidos pelos direitos autorais.

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Declaro, desde já, que, embora a legislação brasileira ainda não disponha de regramento específico e sistematizado acerca da herança digital, firmo minha manifestação de vontade com fundamento no Enunciado nº 40 do Instituto Brasileiro de Direito de Família e Sucessões – IBDFAM, o qual reconhece que a herança digital pode integrar a sucessão de seu titular, ressalvadas as hipóteses envolvendo direitos personalíssimos, direitos de terceiros e disposições de última vontade em sentido contrário.

Com base nesse entendimento, manifesto minha disposição favorável à transmissão dos bens digitais de natureza autoral, limitando-se aqueles protegidos pela Lei nº 9.610/98 (Lei de Direitos Autorais), nos termos do seu art. 7º, respeitando-se os limites legais entre direitos patrimoniais e direitos morais do autor.

2. DOS BENS DIGITAIS PROTEGIDOS PELOS DIREITOS AUTORAIS

Para fins de esclarecimento, entendo como bens digitais protegidos pelos direitos autorais todas as obras literárias, artísticas e científicas criadas por mim e fixadas no ambiente digital, tais como textos, livros digitais (e-books), artigos, músicas, composições, vídeos, fotografias, ilustrações, cursos online, conteúdos audiovisuais, obras científicas, obras multimídia, infoprodutos, materiais didáticos digitais, softwares e programas de computador e quaisquer criações intelectuais passíveis de proteção autoral e exploração econômica.

Declaro que os direitos patrimoniais de autor incidentes sobre tais obras, inclusive aqueles decorrentes de reprodução, distribuição, licenciamento, exibição, monetização, cessão ou qualquer outra forma de exploração econômica, integram meu acervo hereditário e deverão ser transmitidas aos meus herdeiros, nos termos dos arts. 22, 28 e 49 da Lei nº 9.610/98.

Esclareço, todavia, que os direitos morais do autor, por sua natureza personalíssima, permanecem inalienáveis, irrenunciáveis e imprescritíveis, devendo ser respeitados pelos herdeiros e legatários, especialmente quanto à autoria, integridade da obra, preservação da minha imagem e memória, conforme os arts. 24 e seguintes da Lei de Direitos Autorais, podendo apenas agir para preservar a sua integridade e respeito.

3. DOS HERDEIROS

Nomeio como meus herdeiros:

1. [Nome completo do cônjuge/companheiro(a)- se houver], inscrito(a) no CPF nº [número do CPF], residente e domiciliado (a) à [endereço completo].
2. [Nome completo do filho(a) 1 – se houver], inscrito no CPF nº [número do CPF], residente e domiciliado à [endereço completo].
3. [Nome completo do genitor – se houver], inscrito no CPF nº [número do CPF], residente e domiciliado à [endereço completo].
4. [Nome completo de terceiro que deseja tornar herdeiro – se houver], inscrito no CPF nº [número do CPF], residente e domiciliado à [endereço completo].

Considerando a existência de herdeiros necessários, a presente disposição testamentária observará rigorosamente os limites da parte disponível da herança, conforme o art. 1.857, §1º, do Código Civil. Caso o valor econômico dos direitos autorais digitais ultrapasse a parte disponível, deverá ser procedida a adequação legal, com preservação integral da legítima, nos termos dos arts. 1.846 e seguintes do Código Civil.

4. DA PARTILHA DOS DIREITOS AUTORAIS DIGITAIS

Determino que os direitos patrimoniais de autor incidentes sobre minhas obras digitais integrem o acervo hereditário e sejam partilhados entre meus sucessores legais, observando-se a ordem de vocação hereditária prevista nos arts. 1.829 e seguintes do Código Civil, os quais dispõem a respeito da legítima legal, bem como o prazo de proteção autoral previsto na Lei nº 9.610/98 de acordo com a natureza de cada obra.

Esta disposição não abrange conteúdos digitais de natureza estritamente pessoal, rascunhos privados, comunicações íntimas como troca de mensagens ou materiais não destinados à exploração econômica, os quais não deverão ser transmitidos, por minha expressa vontade e pela sua natureza personalíssima.

(Caso o testador deseje, poderá especificar neste tópico o quinhão hereditário percentual dos direitos patrimoniais autorais entre os herdeiros, respeitando a legítima legal).

5. DO LEGADO DE DIREITOS AUTORAIS DIGITAIS

(Caso deseje beneficiar pessoa determinada com bem determinado é necessário apresentar tópico para tanto).

Determino que os direitos patrimoniais incidentes sobre a obra digital [descrever a obra, exemplo: vídeo de minha autoria, curso online, obra musical ou científica] sejam legados a [NOME COMPLETO DO LEGATÁRIO], portador(a) do CPF nº [CPF], que poderá explorá-los economicamente, licenciá-los ou administrá-los, desde que respeitados os direitos morais do autor, nos termos da Lei nº 9.610/98.

Declaro que o presente legado será imputado à parte disponível do meu patrimônio, sem prejuízo da legítima dos herdeiros necessários, aplicando-se, se necessário, as regras legais de redução das disposições testamentárias.

6. DO TESTAMENTEIRO

Nessa oportunidade, designo [NOME COMPLETO DO TESTAMENTEIRO], portador(a) do CPF nº [CPF], [RG], [estado civil], [profissão] e [endereço completo], como pessoa de minha confiança, para que, após meu falecimento, adote todas as providências cabíveis para efetivar as disposições aqui elencadas, visto que dispõe de todas as minhas senhas de acesso ao meu referido acervo digital.

7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Sendo assim, o presente Testamento, logo após a minha morte, deverá ser levado a registro, inscrição e cumprimento competentes.

Nestes termos, expressando neste TESTAMENTO a disposição de minha última vontade, o qual redigi de próprio punho/por meio eletrônico, o dou por bom, firme e valioso a todo tempo, rogando às autoridades competentes que o cumpram e o façam cumprir tal como nele se contém e declara, e às testemunhas perante as quais li este mesmo testamento, que a confirmem em juízo, em conformidade com a lei.

Dou por concluído o presente TESTAMENTO que, com as aludidas testemunhas, o assino.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

[Nome completo do testador]

TESTEMUNHAS:

1. _____
[NOME COMPLETO]

2. _____
[NOME COMPLETO]

3. _____
[NOME COMPLETO]

MODELO 09

Eu, [NOME COMPLETO DO TESTADOR], [nacionalidade], [estado civil], [profissão], portador(a) do CPF nº [CPF] e do RG nº [RG], residente e domiciliado(a) na [endereço completo], estando em pleno gozo de minhas faculdades mentais, lúcido(a) e consciente, e por minha livre e espontânea vontade, sem qualquer induzimento ou caução, resolvo, por meio deste TESTAMENTO CERRADO, lavrado de acordo com os ditames legais, especialmente os artigos 1.868 a 1.875 do Código Civil Brasileiro, declarar minhas disposições de última vontade, especificamente no que diz respeito aos meus bens digitais protegidos pelos direitos autorais.

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Declaro, desde já, que, embora a legislação brasileira ainda não disponha de regramento específico e sistematizado acerca da herança digital, firmo minha manifestação de vontade com fundamento no Enunciado nº 40 do Instituto Brasileiro de Direito de Família e Sucessões – IBDFAM, o qual reconhece que a herança digital pode integrar a sucessão de seu titular, ressalvadas as hipóteses envolvendo direitos personalíssimos, direitos de terceiros e disposições de última vontade em sentido contrário.

Com base nesse entendimento, manifesto minha disposição favorável à transmissão dos bens digitais de natureza autoral, limitando-se aqueles protegidos pela Lei nº 9.610/98 (Lei de Direitos Autorais), nos termos do seu art. 7º, respeitando-se os limites legais entre direitos patrimoniais e direitos morais do autor.

2. DOS BENS DIGITAIS PROTEGIDOS PELOS DIREITOS AUTORAIS

Para fins de esclarecimento, entendo como bens digitais protegidos pelos direitos autorais todas as obras literárias, artísticas e científicas criadas por mim e fixadas no ambiente digital, tais como textos, livros digitais (e-books), artigos, músicas, composições, vídeos, fotografias, ilustrações, cursos online, conteúdos audiovisuais, obras científicas, obras multimídia, infoprodutos, materiais didáticos digitais, softwares e programas de computador e quaisquer criações intelectuais passíveis de proteção autoral e exploração econômica.

Declaro que os direitos patrimoniais de autor incidentes sobre tais obras, inclusive aqueles decorrentes de reprodução, distribuição, licenciamento, exibição, monetização, cessão ou qualquer outra forma de exploração econômica, integram meu acervo hereditário e deverão ser transmitidas aos meus herdeiros, nos termos dos arts. 22, 28 e 49 da Lei nº 9.610/98.

Esclareço, todavia, que os direitos morais do autor, por sua natureza personalíssima, permanecem inalienáveis, irrenunciáveis e imprescritíveis, devendo ser respeitados pelos herdeiros e legatários, especialmente quanto à autoria, integridade da obra, preservação da minha imagem e memória, conforme os arts. 24 e seguintes da Lei de Direitos Autorais, podendo apenas agir para preservar a sua integridade e respeito.

3. DOS HERDEIROS

Nomeio como meus herdeiros:

1. [Nome completo do cônjuge/companheiro(a)- se houver], inscrito(a) no CPF nº [número do CPF], residente e domiciliado (a) à [endereço completo].
2. [Nome completo do filho(a) 1 – se houver], inscrito no CPF nº [número do CPF], residente e domiciliado à [endereço completo].
3. [Nome completo do genitor – se houver], inscrito no CPF nº [número do CPF], residente e domiciliado à [endereço completo].
4. [Nome completo de terceiro que deseja tornar herdeiro – se houver], inscrito no CPF nº [número do CPF], residente e domiciliado à [endereço completo].

Considerando a existência de herdeiros necessários, a presente disposição testamentária observará rigorosamente os limites da parte disponível da herança, conforme o art. 1.857, §1º, do Código Civil. Caso o valor econômico dos direitos autorais digitais ultrapasse a parte disponível, deverá ser procedida a adequação legal, com preservação integral da legítima, nos termos dos arts. 1.846 e seguintes do Código Civil.

4. DA PARTILHA DOS DIREITOS AUTORAIS DIGITAIS

Determino que os direitos patrimoniais de autor incidentes sobre minhas obras digitais integrem o acervo hereditário e sejam partilhados entre meus sucessores legais, observando-se a ordem de vocação hereditária prevista nos arts. 1.829 e seguintes do Código Civil, os quais dispõem a respeito da legítima legal, bem como o prazo de proteção autoral previsto na Lei nº 9.610/98 de acordo com a natureza de cada obra.

Esta disposição não abrange conteúdos digitais de natureza estritamente pessoal, rascunhos privados, comunicações íntimas como troca de mensagens ou materiais não destinados à exploração econômica, os quais não deverão ser transmitidos, por minha expressa vontade e pela sua natureza personalíssima.

(Caso o testador deseje, poderá especificar neste tópico o quinhão hereditário percentual dos direitos patrimoniais autorais entre os herdeiros, respeitando a legítima legal).

5. DO LEGADO DE DIREITOS AUTORAIS DIGITAIS

(Caso deseje beneficiar pessoa determinada com bem determinado é necessário apresentar tópico para tanto).

Determino que os direitos patrimoniais incidentes sobre a obra digital [descrever a obra, exemplo: vídeo de minha autoria, curso online, obra musical ou científica] sejam legados a [NOME COMPLETO DO LEGATÁRIO], portador(a) do CPF nº [CPF], que poderá explorá-los economicamente, licenciá-los ou administrá-los, desde que respeitados os direitos morais do autor, nos termos da Lei nº 9.610/98.

Declaro que o presente legado será imputado à parte disponível do meu patrimônio, sem prejuízo da legítima dos herdeiros necessários, aplicando-se, se necessário, as regras legais de redução das disposições testamentárias.

6. DO TESTAMENTEIRO

Nessa oportunidade, designo [NOME COMPLETO DO TESTAMENTEIRO], portador(a) do CPF nº [CPF], [RG], [estado civil], [profissão] e [endereço completo], como pessoa de minha confiança, para que, após meu falecimento, adote todas as providências cabíveis para efetivar as disposições aqui elencadas, visto que dispõe de todas as minhas senhas de acesso ao meu referido acervo digital.

7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Declaro que este testamento foi por mim escrito/mandado escrever, lido e assinado, permanecendo seu conteúdo sob sigilo. Apresento-o ao Tabelião competente para sua aprovação formal, na presença de 2 (duas) testemunhas idôneas, conforme art. 1.868 do Código Civil.

Após a aprovação, deverá ser cerrado, costurado e lacrado, produzindo efeitos após meu falecimento, quando será aberto judicialmente.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

[Nome completo do testador]

AUTO DE APROVAÇÃO

Conforme mencionado, o testamento cerrado exige, obrigatoriamente, auto de aprovação lavrado por tabelião para que produza validade jurídica. Tal formalidade visa autenticar a solenidade da entrega, o lacre do instrumento e a identidade do testador. Não se confunde, contudo, com a leitura do conteúdo do testamento, que permanece secreto e não é submetido à aprovação material pelo tabelião.

Vejamos, a seguir, exemplo de auto de aprovação:

AUTO DE APROVAÇÃO DE TESTAMENTO CERRADO

Aos ... dias do mês de ... do ano de ..., nesta cidade de ... Comarca de ... do Estado de ... em meu Cartório (ou indicar outro local), aprovo o presente testamento cerrado, que me foi apresentado pelo testador [nome], [nacionalidade]. [estado civil], [profissão], portador(a) do CPF nº [CPF] e do RG nº [RG], residente e domiciliado(a) na [endereço completo], declarando ser este seu testamento e que deseja que seja aprovado na forma da lei. Lavrei o presente termo, que li em voz alta ao testador e às testemunhas, que aqui o assinam.

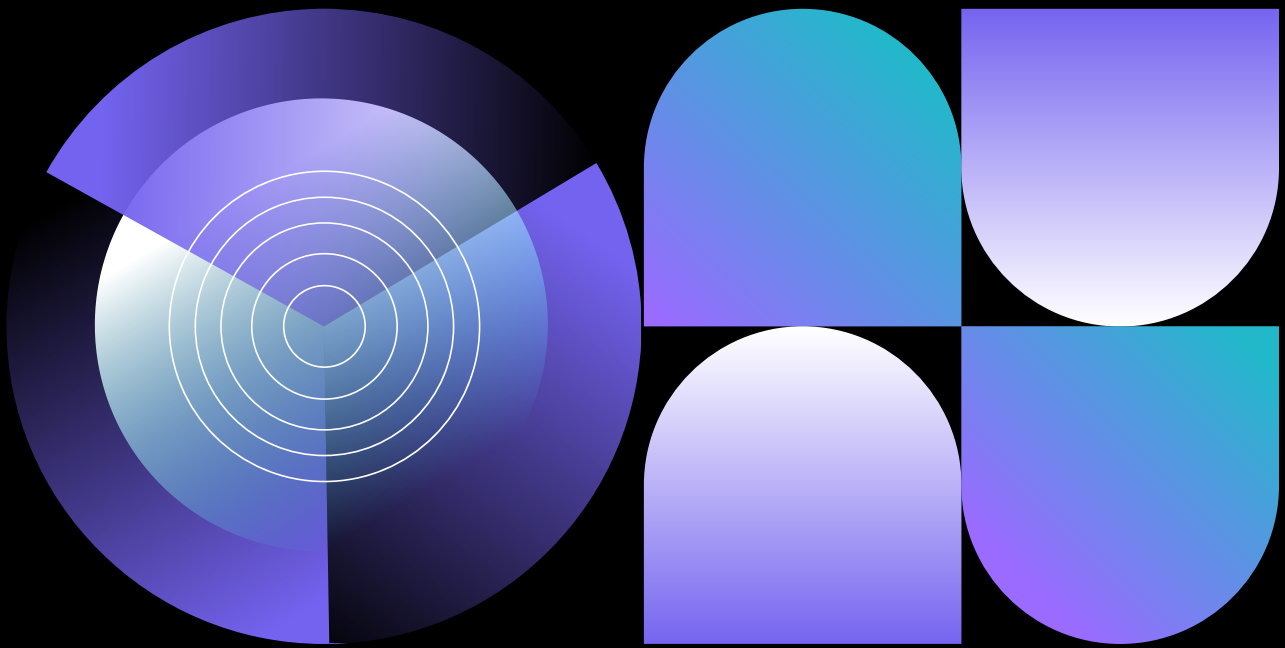
[Local], [dia] de [mês] de [ano].

[Assinatura do tabelião]

[Assinatura do testador]

[Assinatura da testemunha 1]

[Assinatura da testemunha 2]



Testamento para Ilustrações e desenhos digitais protegidas pelos direitos autorais

MODELO 10

Eu, [NOME COMPLETO DO TESTADOR], [nacionalidade], [estado civil], ilustrador(a), portador(a) do CPF nº [CPF] e do RG nº [RG], residente e domiciliado(a) na [endereço completo], estando em pleno gozo de minhas faculdades mentais, lúcido(a) e consciente, e por minha livre e espontânea vontade, sem qualquer induzimento ou caução, resolvo, por meio deste TESTAMENTO/INSTRUMENTO PARTICULAR, lavrado de acordo com os ditames legais, especialmente os artigos 1.857, 1.876 e seguintes do Código Civil Brasileiro, declarar minhas disposições de última vontade, especificamente no que diz respeito as minhas ilustrações e desenhos digitais protegidos pelos direitos autorais.

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Declaro, desde já, que, embora a legislação brasileira ainda não disponha de regramento específico e sistematizado acerca da herança digital, firmo minha manifestação de vontade com fundamento no Enunciado nº 40 do Instituto Brasileiro de Direito de Família e Sucessões – IBDFAM, o qual reconhece que a herança digital pode integrar a sucessão de seu titular, ressalvadas as hipóteses envolvendo direitos personalíssimos, direitos de terceiros e disposições de última vontade em sentido contrário.

Com base nesse entendimento, manifesto minha disposição favorável à transmissão dos bens digitais referente as minhas ilustrações autorais, protegidas pela Lei nº 9.610/98 (Lei de Direitos Autorais), nos termos do seu art. 7º, incisos VIII e XI, respeitando-se os limites legais entre direitos patrimoniais e direitos morais do autor.

2. DAS ILUSTRAÇÕES E DESENHOS DIGITAIS PROTEGIDAS PELOS DIREITOS AUTORAIS

Para fins de esclarecimento, entendo como bens digitais que desejo suceder, todas as ilustrações e desenhos digitais de minha autoria fixadas ou armazenadas em ambiente virtual, publicadas ou não, como as presentes nas redes sociais (Instagram, TikTok, LinkedIn, etc.), sites pessoais, marketplaces de arte digital, portfólios virtuais, bem como aquelas armazenadas em dispositivos eletrônicos, tais como computadores, tablets e nuvens digitais, protegidas por senha.

Declaro que os direitos patrimoniais de autor incidentes sobre tais ilustrações e desenhos, incluindo os decorrentes de reprodução, distribuição, licenciamento, exibição, monetização, cessão ou qualquer outra forma de exploração econômica, integram o meu acervo hereditário e deverão ser transmitidos aos meus herdeiros, nos termos dos arts. 22, 28 e 49 da Lei nº 9.610/98.

Esclareço, todavia, que os direitos morais do autor, por sua natureza personalíssima, são inalienáveis, irrenunciáveis e imprescritíveis, devendo ser respeitados pelos herdeiros e legatários, especialmente quanto à autoria, integridade da obra, preservação da minha imagem e da memória da obra, conforme os arts. 24 e seguintes da mesma lei.

3.DOS HERDEIROS

Nomeio como meus herdeiros:

1. [Nome completo do cônjuge/companheiro(a)- se houver], inscrito(a) no CPF nº [número do CPF], residente e domiciliado (a) à [endereço completo].
2. [Nome completo do filho(a) 1 – se houver], inscrito no CPF nº [número do CPF], residente e domiciliado à [endereço completo].
3. [Nome completo do genitor – se houver], inscrito no CPF nº [número do CPF], residente e domiciliado à [endereço completo].
4. [Nome completo de terceiro que deseja tornar herdeiro – se houver], inscrito no CPF nº [número do CPF], residente e domiciliado à [endereço completo].

Considerando a existência de herdeiros necessários, a presente disposição testamentária observará rigorosamente os limites da parte disponível da herança, conforme o art. 1.857, §1º, do Código Civil. Caso o valor econômico das ilustrações digitais ultrapasse a parte disponível, deverá ser procedida a adequação legal, com preservação integral da legítima, nos termos dos arts. 1.846 e seguintes do Código Civil.

4.DA PARTILHA DOS DIREITOS AUTORAIS DIGITAIS

Determino que os direitos patrimoniais de autor incidentes sobre minhas ilustrações digitais integrem o acervo hereditário e sejam partilhados entre os meus sucessores legais, observando-se a ordem de vocação hereditária prevista nos arts. 1.829 e seguintes do Código Civil, bem como o prazo de proteção autoral previsto na Lei nº 9.610/98, conforme a natureza e publicação das obras. (Pode-se especificar neste item o percentual destinado a cada herdeiro, observando a legítima).

5. DO LEGADO (OPCIONAL)

Determino que os direitos patrimoniais incidentes sobre a obra digital [descrever a obra, exemplo: ilustrações “X” disponível na pasta “Artes 2026” armazenada no notebook modelo XYZ] sejam legados a [NOME COMPLETO DO LEGATÁRIO], CPF nº [CPF], para fins de administração e exploração econômica, respeitados os direitos morais do autor, nos termos da Lei nº 9.610/98.

O presente legado será imputado à parte disponível do meu patrimônio, sem prejuízo da legítima dos herdeiros necessários, e, se necessário, poderá ser reduzido, observadas as regras legais de redução de disposições testamentárias.

Caso alguma das obras digitais legadas não esteja mais disponível no momento do falecimento, por ter sido vendida ou por qualquer outro motivo, o legado será considerado válido apenas em relação às obras remanescentes, conforme o art. 1.916 do Código Civil.

6. DO TESTAMENTEIRO

Nessa oportunidade, designo [NOME COMPLETO DO TESTAMENTEIRO], portador(a) do CPF nº [CPF], [RG], [estado civil], [profissão] e [endereço completo], como pessoa de minha confiança, para que, após meu falecimento, adote todas as providências cabíveis para efetivar as disposições aqui elencadas, visto que dispõe de todas as minhas senhas de acesso ao meu referido acervo digital.

Isto porque, após a abertura da sucessão, será necessário o acesso aos dispositivos digitais (computador e tablet) para inventariar e partilhar as obras, caberá ao testamenteiro fazê-lo. Caso as senhas que dispõe não sejam válidas, deve buscar a assistência de um profissional de informática, garantindo a segurança e a integridade dos dados.

7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Sendo assim, o presente Testamento, logo após a minha morte, deverá ser levado a registro, inscrição e cumprimento competentes.

Nestes termos, expressando neste TESTAMENTO a disposição de minha última vontade, o qual redigi de próprio punho/por meio eletrônico, o dou por bom, firme e valioso a todo tempo, rogando às autoridades competentes que o cumpram e o façam cumprir tal como nele se contém e declara, e às testemunhas perante as quais li este mesmo testamento, que a confirmem em juízo, em conformidade com a lei.

Dou por concluído o presente TESTAMENTO que, com as aludidas testemunhas, o assino.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

[Nome completo do testador]

TESTEMUNHAS:

1. _____

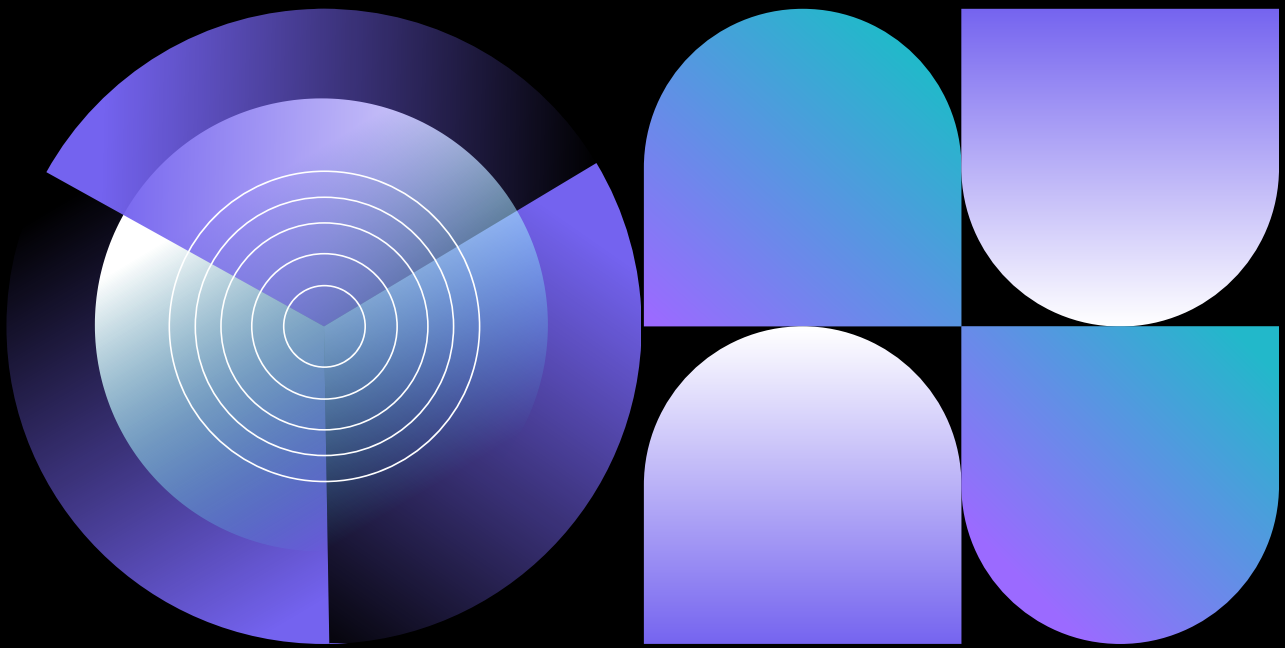
[NOME COMPLETO]

2. _____

[NOME COMPLETO]

3. _____

[NOME COMPLETO]



Testamento para fotografias digitais protegidas pelos direitos autorais

MODELO 11

Eu, [NOME COMPLETO DO TESTADOR], [nacionalidade], [estado civil], fotógrafo(a), portador(a) do CPF nº [CPF] e do RG nº [RG], residente e domiciliado(a) na [endereço completo], estando em pleno gozo de minhas faculdades mentais, lúcido(a) e consciente, e por minha livre e espontânea vontade, sem qualquer induzimento ou caução, resolvo, por meio deste TESTAMENTO/INSTRUMENTO PARTICULAR, lavrado de acordo com os ditames legais, especialmente os artigos 1.857, 1.876 e seguintes do Código Civil Brasileiro, declarar minhas disposições de última vontade, especificamente no que diz respeito às minhas fotografias digitais protegidas pelos direitos autorais independente de registro.

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Declaro, desde já, que, embora a legislação brasileira ainda não disponha de regramento específico e sistematizado acerca da herança digital, firmo minha manifestação de vontade com fundamento no Enunciado nº 40 do Instituto Brasileiro de Direito de Família e Sucessões – IBDFAM, o qual reconhece que a herança digital pode integrar a sucessão de seu titular, ressalvadas as hipóteses envolvendo direitos personalíssimos, direitos de terceiros e disposições de última vontade em sentido contrário. Com base nesse entendimento, manifesto minha disposição favorável à transmissão dos bens digitais relacionados, EXCLUSIVAMENTE, às minhas fotografias autorais, as quais constituem obras intelectuais protegidas pela Lei nº 9.610/98 (Lei de Direitos Autorais), nos termos do seu art. 7º, inciso VII, respeitando-se os limites legais entre os direitos patrimoniais e morais do autor.

2. DO ACERVO DE FOTOGRAFIAS DIGITAIS

Para fins deste testamento, considero como acervo de fotografias digitais todas as imagens fotográficas de minha autoria, em formato digital, registradas ou não, publicadas ou não, sendo elas: [LISTAR FOTOGRAFIAS DIGITAIS E LOCAIS AS QUAIS ENTÃO ARMAZENADAS, EXEMPLO: fotografias publicadas em redes sociais, indicando a conta com link ou nome designado sendo, Instagram, Facebook, TikTok, Snapchat, LinkedIn, etc.; arquivos digitais mantidos em celulares, computadores, tablets, HDs externos ou outros dispositivos eletrônicos];

as quais declaro serem dotada de valor artístico, histórico e econômico, podendo ser objeto de exploração de seus direitos patrimoniais.

3. DOS HERDEIROS

Nomeio como meus herdeiros:

1. [Nome completo do cônjuge/companheiro(a)- se houver], inscrito(a) no CPF nº [número do CPF], residente e domiciliado (a) à [endereço completo].
2. [Nome completo do filho(a) 1 – se houver], inscrito no CPF nº [número do CPF], residente e domiciliado à [endereço completo].
3. [Nome completo do genitor – se houver], inscrito no CPF nº [número do CPF], residente e domiciliado à [endereço completo].
4. [Nome completo de terceiro que deseja tornar herdeiro – se houver], inscrito no CPF nº [número do CPF], residente e domiciliado à [endereço completo].

Considerando a existência de herdeiros necessários, a presente disposição testamentária observará rigorosamente os limites da parte disponível da herança, conforme o art. 1.857, §1º, do Código Civil. Caso o valor econômico das ilustrações digitais ultrapasse a parte disponível, deverá ser procedida a adequação legal, com preservação integral da legítima, nos termos dos arts. 1.846 e seguintes do Código Civil.

4. DA PARTILHA

Determino que os direitos patrimoniais de autor incidentes sobre minhas fotografias digitais integrem o acervo hereditário sejam explorados economicamente e partilhados entre os meus sucessores legais, observando-se a ordem de vocação hereditária prevista nos arts. 1.829 e seguintes do Código Civil, bem como o prazo de proteção autoral previsto na Lei nº 9.610/98, conforme a natureza e publicação das obras. (Pode-se especificar neste item o percentual destinado a cada herdeiro, observando a legítima).

5. DO LEGADO (OPCIONAL)

Determino que os direitos patrimoniais incidentes sobre a obra digital [descrever a obra, exemplo: portfólio fotográfico “X” disponível na nuvem do Google Drive em pasta nomeada como “Fotos 2026”] sejam legados a [NOME COMPLETO DO LEGATÁRIO], CPF nº [CPF], para fins de administração e exploração econômica, respeitados os direitos morais do autor, nos termos da Lei nº 9.610/98.

O presente legado será imputado à parte disponível do meu patrimônio, sem prejuízo da legítima dos herdeiros necessários, e, se necessário, poderá ser reduzido, observadas as regras legais de redução de disposições testamentárias.

Caso alguma das obras digitais legadas não esteja mais disponível no momento do falecimento, por ter sido vendida ou por qualquer outro motivo, o legado será considerado válido apenas em relação às obras remanescentes, conforme o art. 1.916 do Código Civil.

6. DO TESTAMENTEIRO (OPCIONAL)

Nessa oportunidade, designo [NOME COMPLETO DO TESTAMENTEIRO], portador(a) do CPF nº [CPF], [RG], [estado civil], [profissão] e [endereço completo], como pessoa de minha confiança, para que, após meu falecimento, adote todas as providências cabíveis para efetivar as disposições aqui elencadas, visto que dispõe de todas as minhas senhas de acesso ao meu referido acervo digital.

Isto porque, após a abertura da sucessão, será necessário o acesso aos dispositivos digitais (computador e tablet) para inventariar e partilhar as obras, caberá ao testamenteiro fazê-lo. Caso as senhas que dispõe não sejam válidas, deve buscar a assistência de um profissional de informática, garantindo a segurança e a integridade dos dados.

7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Sendo assim, o presente Testamento, logo após a minha morte, deverá ser levado a registro, inscrição e cumprimento competentes em juízo, em conformidade com a lei.

Nestes termos, expressando neste TESTAMENTO a disposição de minha última vontade, o qual redigi de próprio punho/por meio eletrônico, o dou por bom, firme e valioso a todo tempo, rogando às autoridades competentes que o cumpram e o façam cumprir tal como nele se contém e declara, e às testemunhas perante as quais li este mesmo testamento, que a confirmem em juízo, em conformidade com a lei.

Dou por concluído o presente TESTAMENTO que, com as aludidas testemunhas, o assino.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

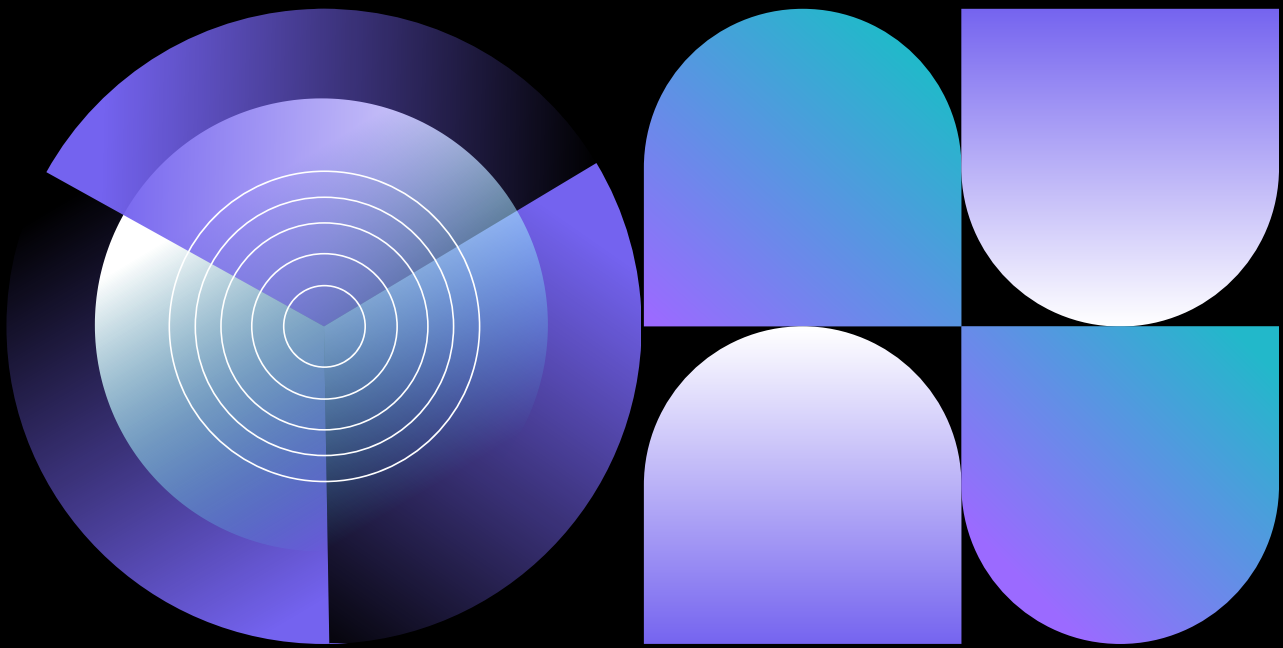
[Nome completo do testador]

TESTEMUNHAS:

1. _____
[NOME COMPLETO]

2. _____
[NOME COMPLETO]

3. _____
[NOME COMPLETO]



Testamento para textos literários, artísticos ou científicos, coletâneas ou compilações, antologias, enciclopédias, dicionários, coreografias digitais e semelhantes protegidos pela lei de direitos autorais

MODELO 12

Eu, [NOME COMPLETO DO TESTADOR], [nacionalidade], [estado civil], escritor(a)/autor(a)/pesquisador(a), portador(a) do CPF nº [CPF] e do RG nº [RG], residente e domiciliado(a) na [endereço completo], estando em pleno gozo de minhas faculdades mentais, lúcido(a) e consciente, e por minha livre e espontânea vontade, sem qualquer induzimento ou caução, resolvo, por meio deste TESTAMENTO/INSTRUMENTO PARTICULAR, lavrado de acordo com os ditames legais, especialmente os artigos 1.857, 1.876 e seguintes do Código Civil Brasileiro, declarar minhas disposições de última vontade, especificamente no que diz respeito às minhas obras literárias, artísticas ou científicas em formato digital, protegidas pelos direitos autorais, independentemente de registro formal.

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Declaro, desde já, que, embora a legislação brasileira ainda não disponha de regramento específico e sistematizado acerca da herança digital, firmo minha manifestação de vontade com fundamento no Enunciado nº 40 do Instituto Brasileiro de Direito de Família e Sucessões – IBDFAM, o qual reconhece que a herança digital pode integrar a sucessão de seu titular, ressalvadas as hipóteses envolvendo direitos personalíssimos, direitos de terceiros e disposições de última vontade em sentido contrário. Com base nesse entendimento, manifesto minha disposição favorável à transmissão dos bens digitais relacionados exclusivamente aos meus textos, coletâneas ou compilações, antologias, enciclopédias, dicionários e demais obras intelectuais em formato digital, os quais constituem criações intelectuais protegidas pela Lei nº 9.610/98 (Lei de Direitos Autorais), nos termos do seu art. 7º, incisos I, III, IV e XIII, respeitando-se os limites legais entre os direitos patrimoniais e morais do autor.

2. DO ACERVO DIGITAL DE TEXTOS E DEMAIS OBRAS INTELECTUAIS

Para fins deste testamento, considero como acervo digital todas as obras de minha autoria ou coautoria, registradas ou não, publicadas ou não, armazenadas em formato digital, incluindo todos os meus textos literários, artísticos ou científicos, como poemas, contos, ensaios, obras dramáticas, roteiros de peça teatral/vídeos/campanha, artigos acadêmicos, crônicas,

livros, manuais, materiais didáticos, coreografias e pantomímicas cuja execução cênica foi afixada em texto e semelhantes. Assim como as minhas obras coletivas ou organizadas, como antologias, coletâneas, enciclopédias, dicionários, bases de dados e quaisquer outras obras cuja seleção ou organização constitua criação intelectual, as quais devem ser sucedidas na minha quota parte. [NESTE TÓPICO É IDEAL LISTAR OS LOCAIS DE ARMAZENAMENTO DE TAIS OBRAS: Ex.: Google Drive, Dropbox, iCloud, HDs externos, computador, tablet, notebooks, celular, portais de leitura, sites pessoais, redes sociais etc.].

Declaro que tais obras são dotadas de valor cultural, acadêmico, histórico e econômico, e poderão ser objeto de exploração patrimonial, nos termos da Lei dos Direitos Autorais, conforme o interesse dos herdeiros, observando-se os meus direitos morais de autor.

3. DOS HERDEIROS

Nomeio como meus herdeiros:

1. [Nome completo do cônjuge/companheiro(a)- se houver], inscrito(a) no CPF nº [número do CPF], residente e domiciliado (a) à [endereço completo].
2. [Nome completo do filho(a) 1 – se houver], inscrito no CPF nº [número do CPF], residente e domiciliado à [endereço completo].
3. [Nome completo do genitor – se houver], inscrito no CPF nº [número do CPF], residente e domiciliado à [endereço completo].
4. [Nome completo de terceiro que deseja tornar herdeiro – se houver], inscrito no CPF nº [número do CPF], residente e domiciliado à [endereço completo].

Considerando a existência de herdeiros necessários, a presente disposição testamentária observará rigorosamente os limites da parte disponível da herança, conforme o art. 1.857, §1º, do Código Civil. Caso o valor econômico das obras digitais ultrapasse a parte disponível, deverá ser procedida a adequação legal, com preservação integral da legítima, nos termos dos arts. 1.846 e seguintes do Código Civil.

4. DA PARTILHA

Determino que os direitos patrimoniais de autor incidentes sobre as minhas obras digitais integrem o acervo hereditário, sejam partilhados entre meus sucessores legais e possam ser explorados economicamente, observando-se a ordem de vocação hereditária prevista nos arts. 1.829 e seguintes do Código Civil, bem como o prazo de proteção autoral previsto na Lei nº 9.610/98, conforme a natureza, publicação e fixação da obra.

(Pode-se especificar neste item o percentual destinado a cada herdeiro, observando a legítima).

5. DO LEGADO (OPCIONAL)

Determino que os direitos patrimoniais incidentes sobre a obra digital [descrever a obra, exemplo: coletânea de crônicas “Rua da Saudade”, armazenada no Dropbox – pasta “Crônicas de 2026”] sejam legados a [NOME COMPLETO DO LEGATÁRIO], CPF nº [CPF], para fins de administração, publicação ou exploração econômica, respeitados os direitos morais do autor, conforme a Lei nº 9.610/98.

O presente legado será imputado à parte disponível do meu patrimônio, sem prejuízo da legítima dos herdeiros necessários e, se necessário, poderá ser reduzido, observadas as regras legais.

Caso a obra legada não esteja mais disponível no momento do falecimento, o legado será considerado válido apenas em relação às obras remanescentes, conforme o art. 1.916 do Código Civil.

6. DO TESTAMENTEIRO (OPCIONAL)

Nessa oportunidade, designo [NOME COMPLETO DO TESTAMENTEIRO], portador(a) do CPF nº [CPF], [RG], [estado civil], [profissão] e [endereço completo], como pessoa de minha confiança, para que, após meu falecimento, adote todas as providências cabíveis para efetivar as disposições aqui elencadas, visto que dispõe de todas as minhas senhas de acesso ao meu referido acervo digital.

Isto porque, após a abertura da sucessão, será necessário o acesso aos dispositivos digitais (computador e tablet) para inventariar e partilhar as obras, caberá ao testamenteiro fazê-lo. Caso as senhas que dispõe não sejam válidas, deve buscar a assistência de um profissional de informática, garantindo a segurança e a integridade dos dados.

7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Sendo assim, o presente Testamento, logo após a minha morte, deverá ser levado a registro, inscrição e cumprimento competentes.

Nestes termos, expressando neste TESTAMENTO a disposição de minha última vontade, o qual redigi de próprio punho/por meio eletrônico, o dou por bom, firme e valioso a todo tempo, rogando às autoridades competentes que o cumpram e o façam cumprir tal como nele se contém e declara, e às testemunhas perante as quais li este mesmo testamento, que a confirmem em juízo, em conformidade com a lei.

Dou por concluído o presente TESTAMENTO que, com as aludidas testemunhas, o assino.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

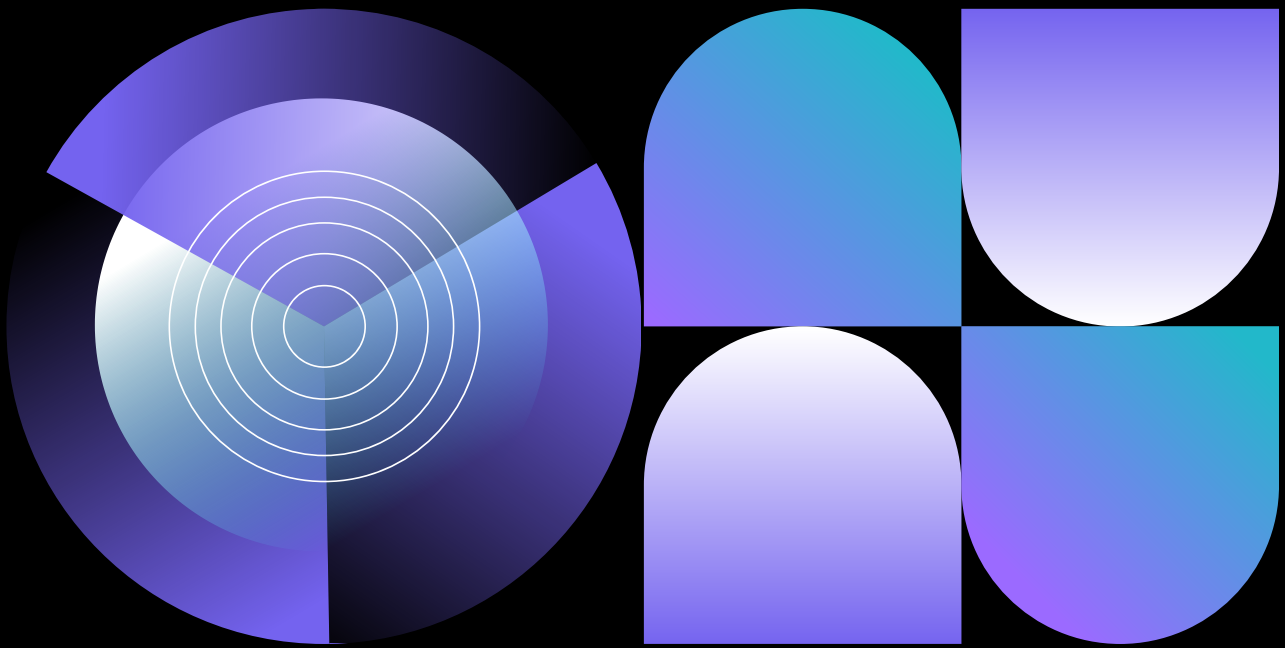
[Nome completo do testador]

TESTEMUNHAS:

1. _____
[NOME COMPLETO]

2. _____
[NOME COMPLETO]

3. _____
[NOME COMPLETO]



Testamento para vídeos armazenados no meio digital e protegidas pelos direitos autorais

MODELO 13

Eu, [NOME COMPLETO DO TESTADOR], [nacionalidade], [estado civil], [profissão], titular de CPF nº [CPF] e portador(a) do RG nº [RG], residente e domiciliado(a) à [endereço completo], estando em pleno gozo de minhas faculdades mentais, lúcido(a) e consciente, e por minha livre e espontânea vontade, sem qualquer induzimento ou caução, resolvo, por meio deste TESTAMENTO/INSTRUMENTO PARTICULAR, lavrado de acordo com os ditames legais, especialmente os artigos 1.857, 1.876 e seguintes do Código Civil Brasileiro, declarar minhas disposições de última vontade, especificamente no que diz respeito ao meu acervo de vídeos no ambiente digitais e demais obras audiovisuais protegidas pelos direitos autorais, independente de registro formal.

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Declaro, desde já, que, embora a legislação brasileira ainda não disponha de regramento específico e sistematizado acerca da herança digital, firmo minha manifestação de vontade com fundamento no Enunciado nº 40 do Instituto Brasileiro de Direito de Família e Sucessões – IBDFAM, o qual reconhece que a herança digital pode integrar a sucessão de seu titular, ressalvadas as hipóteses envolvendo direitos personalíssimos, direitos de terceiros e disposições de última vontade em sentido contrário. Com base nesse entendimento, manifesto minha disposição favorável à transmissão dos bens digitais relacionados exclusivamente aos meus vídeos autorais, armazenados no ambiente virtual, os quais constituem obras audiovisuais, sonorizadas ou não, protegidas pela Lei nº 9.610/98 (Lei de Direitos Autorais), os quais incluem obras coreográficas e pantomímicas fixadas por meio de vídeo, animações, ilustrações, obras de arte visual e arte cinética em formato de vídeo, nos termos do seu art. 7º, incisos IV, VI, VIII, IX da referida lei, respeitando-se os limites legais entre os direitos patrimoniais e morais do autor.

2. DO ACERVO AUDIOVISUAL ARMAZENADO EM AMBIENTE VIRTUAL

Para fins de esclarecimento, considero como acervo digital de vídeos todas as obras audiovisuais de minha autoria ou coautoria, armazenadas em ambiente digital, tais como vídeos publicados em redes sociais seja através do YouTube, Instagram, TikTok, Kawai, Facebook, obras cinematográficas ou

vídeos coreográficos ou pantomímicos em armazenadas em nuvem ou dispositivos eletrônicos, como Computador, Celular, Tablet, Google Drive, iCloud, Dropbox ou similares.[É ideal indicar os locais de armazenamento e identificação de cada obra (ex.: título, plataforma, pasta, link ou outro identificador técnico).

Declaro que tais obras são dotados de valor artístico, cultural, histórico e econômico, e poderão ser objeto de exploração legítima de seus direitos patrimoniais.

3. DOS HERDEIROS

Nomeio como meus herdeiros:

1. [Nome completo do cônjuge/companheiro(a)- se houver], inscrito(a) no CPF nº [número do CPF], residente e domiciliado (a) à [endereço completo].
2. [Nome completo do filho(a) 1 – se houver], inscrito no CPF nº [número do CPF], residente e domiciliado à [endereço completo].
3. [Nome completo do genitor – se houver], inscrito no CPF nº [número do CPF], residente e domiciliado à [endereço completo].
4. [Nome completo de terceiro que deseja tornar herdeiro – se houver], inscrito no CPF nº [número do CPF], residente e domiciliado à [endereço completo].

Considerando a existência de herdeiros necessários, a presente disposição testamentária observará rigorosamente os limites da parte disponível da herança, conforme o art. 1.857, §1º, do Código Civil. Caso o valor econômico das obras digitais ultrapasse a parte disponível, deverá ser procedida a adequação legal, com preservação integral da legítima, nos termos dos arts. 1.846 e seguintes do Código Civil.

4. DA PARTILHA

Determino que os direitos patrimoniais de autor incidentes sobre as minhas obras audiovisuais armazenadas no ambiente virtual integrem o acervo hereditário, sejam partilhados entre meus sucessores legais e possam ser

explorados economicamente, observando-se a ordem de vocação hereditária prevista nos arts. 1.829 e seguintes do Código Civil, bem como o prazo de proteção autoral previsto na Lei nº 9.610/98, conforme a natureza, publicação e fixação da obra. (Pode-se especificar neste item o percentual destinado a cada herdeiro, observando a legítima).

5. DO LEGADO (OPCIONAL)

Determino que os direitos patrimoniais incidentes sobre a obra digital [descrever a obra, exemplo: curta-metragem “Ai como eu soffro!”, publicado no YouTube no meu canal “Link de acesso”] sejam legados a [NOME COMPLETO DO LEGATÁRIO], CPF nº [CPF], para fins de administração, publicação ou exploração econômica, respeitados os direitos morais do autor, conforme a Lei nº 9.610/98.

O presente legado será imputado à parte disponível do meu patrimônio, sem prejuízo da legítima dos herdeiros necessários e, se necessário, poderá ser reduzido, observadas as regras legais.

Caso a obra legada não esteja mais disponível no momento do falecimento, o legado será considerado válido apenas em relação às obras remanescentes, conforme o art. 1.916 do Código Civil.

6. DO TESTAMENTEIRO (OPCIONAL)

Nessa oportunidade, designo [NOME COMPLETO DO TESTAMENTEIRO], portador(a) do CPF nº [CPF], [RG], [estado civil], [profissão] e [endereço completo], como pessoa de minha confiança, para que, após meu falecimento, adote todas as providências cabíveis para efetivar as disposições aqui elencadas.

7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Sendo assim, o presente Testamento, logo após a minha morte, deverá ser levado a registro, inscrição e cumprimento competentes.

Nestes termos, expressando neste TESTAMENTO a disposição de minha última vontade, o qual redigi de próprio punho/por meio eletrônico, o dou por

bom, firme e valioso a todo tempo, rogando às autoridades competentes que o cumpram e o façam cumprir tal como nele se contém e declara, e às testemunhas perante as quais li este mesmo testamento, que a confirmem em juízo, em conformidade com a lei.

Dou por concluído o presente TESTAMENTO que, com as aludidas testemunhas, o assino.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

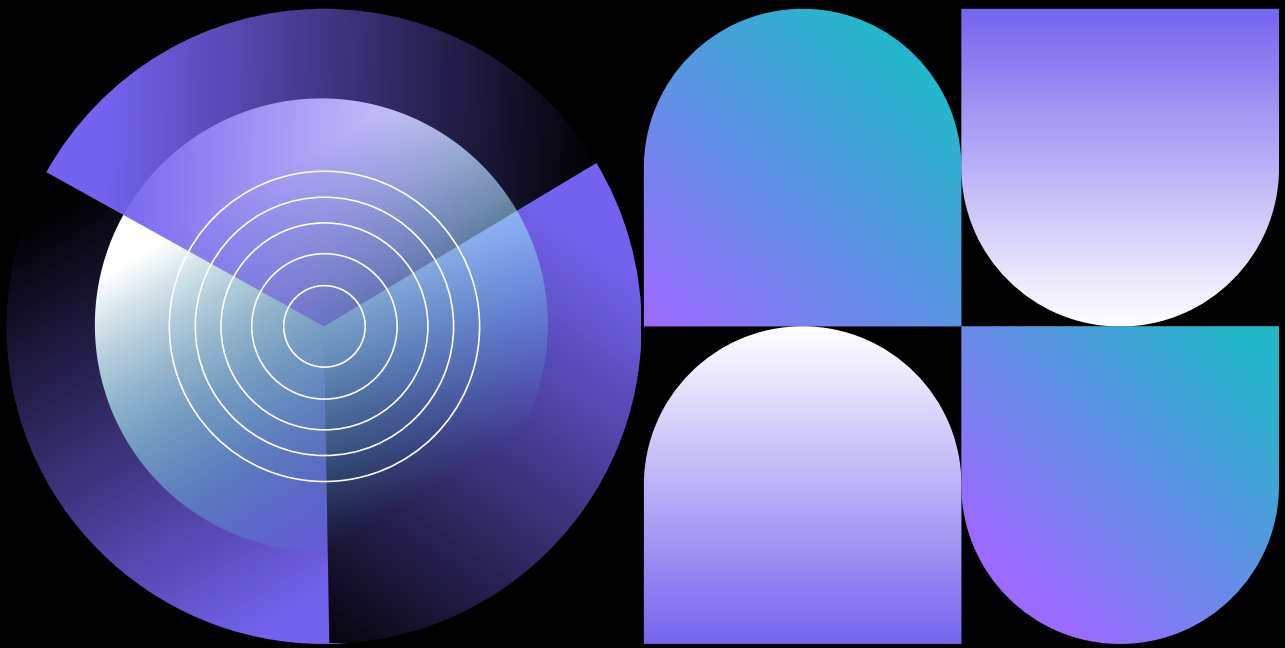
[Nome completo do testador]

TESTEMUNHAS:

1. _____
[NOME COMPLETO]

2. _____
[NOME COMPLETO]

3. _____
[NOME COMPLETO]



Testamento para Programa de Computador (código-fonte)

MODELO 14

Eu, [NOME COMPLETO DO TESTADOR], [nacionalidade], [estado civil], [profissão], portador(a) do CPF nº [CPF] e do RG nº [RG], residente e domiciliado(a) na [endereço completo], estando em pleno gozo de minhas faculdades mentais, lúcido(a) e consciente, e por minha livre e espontânea vontade, sem qualquer induzimento ou caução, resolvo, por meio deste TESTAMENTO/INSTRUMENTO PARTICULAR, lavrado de acordo com os ditames legais, especialmente os artigos 1.857, 1.876 e seguintes do Código Civil Brasileiro, declarar minhas disposições de última vontade, especificamente no que diz respeito aos meus programas de computador (códigos-fonte) armazenados em meio digital.

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Declaro, desde já, que, embora o ordenamento jurídico brasileiro ainda não disponha de disciplina específica e sistematizada sobre herança digital, firmo minha manifestação de vontade com fundamento no Enunciado nº 40 do Instituto Brasileiro de Direito de Família e Sucessões – IBDFAM, o qual reconhece que os bens digitais podem integrar a sucessão de seu titular, salvo quando envolverem direitos personalíssimos, direitos de terceiros ou disposição de última vontade em sentido contrário. Com base nesse entendimento, manifesto minha disposição favorável à transmissão dos bens digitais relacionados aos programas de computador de minha criação, os meus códigos-fonte e documentação técnica para uso, considerando as obras intelectuais com proteção jurídica conferida pela Lei nº 9.610/98 (Lei de Direitos Autorais) e a Lei nº 9.609/1998 (Lei de Software), que protege o direito de autor exclusivo sobre programas de computador. Esclareço que tais bens possuem natureza de obras intelectuais criativas e, por isso, são suscetíveis de transmissão sucessória quanto aos direitos patrimoniais, observados os limites legais dos direitos morais do autor.

2. DO ACERVO DE PROGRAMAS DE COMPUTADORES

Para os fins de esclarecimento deste testamento, considero como acervo de programas de computador todos os códigos-fonte e documentação técnica criados por mim e armazenados em ambiente digital, as quais estão localizadas em plataformas de hospedagem de repositórios de código-fonte

como GitHub, GitLab, Bitbucket e similares, bem como em arquivos em nuvem e sistemas locais como HD externo, computador, Google Drive, OneDrive, Dropbox, iCloud e dentre outros semelhantes.

Declaro que tais programas de computadores são dotadas de valor tecnológico, econômico, científico e social, os quais poderão ser objeto de exploração patrimonial, nos termos da Lei dos Direitos Autorais, conforme o interesse dos herdeiros, observando-se os meus direitos morais de autor.

[É ideal indicar os locais de armazenamento e identificação de cada obra (ex.: título, plataforma, pasta, link ou outro identificador técnico).

3. DOS HERDEIROS

Nomeio como meus herdeiros:

1. [Nome completo do cônjuge/companheiro(a)- se houver], inscrito(a) no CPF nº [número do CPF], residente e domiciliado (a) à [endereço completo].
2. [Nome completo do filho(a) 1 – se houver], inscrito no CPF nº [número do CPF], residente e domiciliado à [endereço completo].
3. [Nome completo do genitor – se houver], inscrito no CPF nº [número do CPF], residente e domiciliado à [endereço completo].
4. [Nome completo de terceiro que deseja tornar herdeiro – se houver], inscrito no CPF nº [número do CPF], residente e domiciliado à [endereço completo].

Considerando a existência de herdeiros necessários, a presente disposição testamentária observará rigorosamente os limites da parte disponível da herança, conforme o art. 1.857, §1º, do Código Civil. Caso o valor econômico das obras digitais ultrapasse a parte disponível, deverá ser procedida a adequação legal, com preservação integral da legítima, nos termos dos arts. 1.846 e seguintes do Código Civil.

4. DA PARTILHA

Determino que os direitos patrimoniais de autor incidentes sobre os meus programas de computadores integrem o acervo hereditário, sejam partilhados entre meus sucessores legais e possam ser explorados economicamente, observando-se a ordem de vocação hereditária prevista nos arts. 1.829 e seguintes do Código Civil, bem como o prazo de proteção autoral previsto na Lei nº 9.610/98, conforme a natureza da obra. (Pode-se especificar neste item o percentual destinado a cada herdeiro, observando a legítima).

5. DO LEGADO (OPCIONAL)

Determino que os direitos patrimoniais incidentes sobre a obra digital [descrever a obra, exemplo: programa de computador “X”, com repositório do código-fonte em GitLab conta “Link de acesso”] sejam legados a [NOME COMPLETO DO LEGATÁRIO], CPF nº [CPF], para fins de administração, publicação ou exploração econômica [conforme o caso], respeitados os direitos morais do autor, conforme a Lei nº 9.610/98.

O presente legado será imputado à parte disponível do meu patrimônio, sem prejuízo da legítima dos herdeiros necessários e, se necessário, poderá ser reduzido, observadas as regras legais.

Caso a obra legada não esteja mais disponível no momento do falecimento, o legado será considerado válido apenas em relação às obras remanescentes, conforme o art. 1.916 do Código Civil.

6. DO TESTAMENTEIRO (OPCIONAL)

Nessa oportunidade, designo [NOME COMPLETO DO TESTAMENTEIRO], portador(a) do CPF nº [CPF], [RG], [estado civil], [profissão] e [endereço completo], como pessoa de minha confiança, para que, após meu falecimento, adote todas as providências cabíveis para efetivar as disposições aqui elencadas.

7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Sendo assim, o presente Testamento, logo após a minha morte, deverá ser levado a registro, inscrição e cumprimento competentes.

Nestes termos, expressando neste TESTAMENTO a disposição de minha última vontade, o qual redigi de próprio punho/por meio eletrônico, o dou por bom, firme e valioso a todo tempo, rogando às autoridades competentes que o cumpram e o façam cumprir tal como nele se contém e declara, e às testemunhas perante as quais li este mesmo testamento, que a confirmem em juízo, em conformidade com a lei.

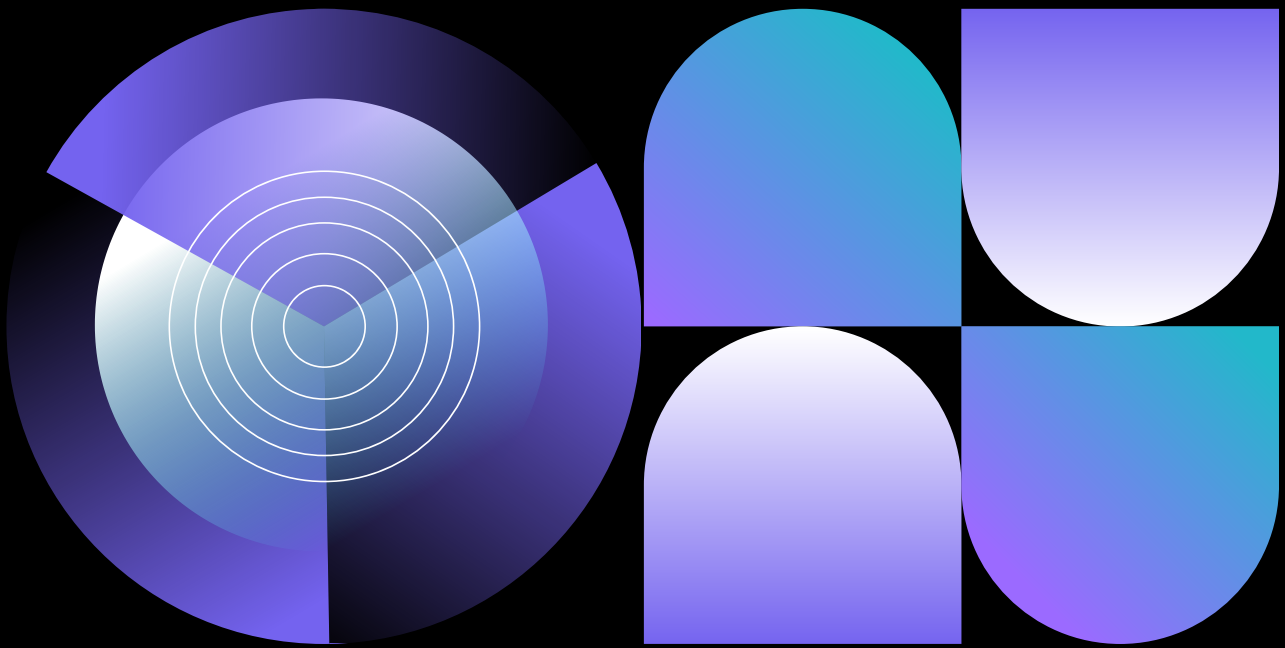
Dou por concluído o presente TESTAMENTO que, com as aludidas testemunhas, o assino.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

[Nome completo do testador]

TESTEMUNHAS:

1. _____
[NOME COMPLETO]
2. _____
[NOME COMPLETO]
3. _____
[NOME COMPLETO]



Testamento para múscias e composições digitais protegidas pelo direito autoral

MODELO 15

Eu, [NOME COMPLETO DO TESTADOR], [nacionalidade], [estado civil], músico(a)/compositor(a), portador(a) do CPF nº [CPF] e do RG nº [RG], residente e domiciliado(a) na [endereço completo], estando em pleno gozo de minhas faculdades mentais, lúcido(a) e consciente, e por minha livre e espontânea vontade, sem qualquer induzimento ou caução, resolvo, por meio deste TESTAMENTO/INSTRUMENTO PARTICULAR, lavrado de acordo com os ditames legais, especialmente os artigos 1.857, 1.876 e seguintes do Código Civil Brasileiro, declarar minhas disposições de última vontade, especificamente no que diz respeito às minhas músicas, composições e obras sonoras armazenadas em formato digital, protegidas pelos direitos autorais.

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Declaro, desde já, que, embora a legislação brasileira ainda não disponha de regulamentação específica sobre a herança digital, firmo minha manifestação de vontade com fundamento no Enunciado nº 40 do IBDFAM, o qual reconhece que os bens digitais podem integrar a sucessão do seu titular, salvo nos casos que envolvam direitos personalíssimos, de terceiros ou disposição testamentária em sentido contrário. Com base nesse entendimento, manifesto minha expressa vontade de que minhas obras musicais e composições fixadas em meio digital, inclusive aquelas com arranjos, com letras ou sem roteiros cênicos (no caso de obras dramático-musicais), sejam transmitidas aos meus herdeiros legais ou legatários [conforme o caso]. Tais obras são protegidas como criações intelectuais originais pela Lei nº 9.610/98 (Lei de Direitos Autorais), mesmo que não estejam registradas formalmente, sendo o registro apenas meio de prova da autoria. Os direitos patrimoniais de autor são transmissíveis por sucessão, enquanto os direitos morais permanecem inalienáveis, irrenunciáveis e imprescritíveis, devendo ser observados pelos sucessores.

2. DO ACERVO DIGITAL DE MÚSICAS E COMPOSIÇÕES

Para fins de esclarecimento deste testamento, considero como integrantes do meu acervo digital todas as músicas, composições, arranjos e obras musicais e dramático-musicais de minha autoria, com ou sem letra, fixadas

em meio digital, através de plataformas de streaming, como Spotify, Deezer, Sua Música, YouTube Music, Itunes, além de nuvens de armazenamento como Google Drive, iCloud, Dropbox e dispositivos eletrônicos de minha propriedade, como notebooks, HDs externos, computadores e celulares.

Este acervo dispõe de arquivos de áudio em formatos como MP3, WAV, AIFF, assim como partituras digitais em PDF, Sibelius e dentre outros. Tais arquivos incluem gravações caseiras ou de estúdio, demos e até mesmo composições inacabadas.

Declaro, ainda, que todas essas criações possuem valor econômico, artístico e cultural, sendo suscetíveis de exploração econômica por meio dos direitos patrimoniais que recaem sobre elas, conforme a Lei nº 9.610/98. Reitero que tais obras são de minha autoria e que a titularidade sobre os respectivos direitos patrimoniais deve ser respeitada e transmitida conforme as disposições deste testamento.

3. DOS HERDEIROS

Nomeio como meus herdeiros:

1. [Nome completo do cônjuge/companheiro(a)- se houver], inscrito(a) no CPF nº [número do CPF], residente e domiciliado (a) à [endereço completo].
2. [Nome completo do filho(a) 1 – se houver], inscrito no CPF nº [número do CPF], residente e domiciliado à [endereço completo].
3. [Nome completo do genitor – se houver], inscrito no CPF nº [número do CPF], residente e domiciliado à [endereço completo].
4. [Nome completo de terceiro que deseja tornar herdeiro – se houver], inscrito no CPF nº [número do CPF], residente e domiciliado à [endereço completo].

Considerando a existência de herdeiros necessários, a presente disposição testamentária observará rigorosamente os limites da parte disponível da herança, conforme o art. 1.857, §1º, do Código Civil. Caso o valor econômico

das obras digitais ultrapasse a parte disponível, deverá ser procedida a adequação legal, com preservação integral da legítima, nos termos dos arts. 1.846 e seguintes do Código Civil.

4. DA PARTILHA

Determino que os direitos patrimoniais de autor incidentes sobre as minhas obras musicais integrem o acervo hereditário, sejam partilhados entre meus sucessores legais e possam ser explorados economicamente, observando-se a ordem de vocação hereditária prevista nos arts. 1.829 e seguintes do Código Civil, bem como o prazo de proteção autoral previsto na Lei nº 9.610/98, conforme a natureza da obra. (Pode-se especificar neste item o percentual destinado a cada herdeiro, observando a legítima).

5. DO LEGADO (OPCIONAL)

Determino que os direitos patrimoniais incidentes sobre a obra digital [descrever a obra musical, exemplo: composição “Z”, armazenada no Google Drive, na pasta “Minhas Composições”] sejam legados a [NOME COMPLETO DO LEGATÁRIO], CPF nº [CPF], para fins de administração, publicação ou exploração econômica [conforme o caso], respeitados os direitos morais do autor, conforme a Lei nº 9.610/98.

O presente legado será imputado à parte disponível do meu patrimônio, sem prejuízo da legítima dos herdeiros necessários e, se necessário, poderá ser reduzido, observadas as regras legais. Caso a obra legada não esteja mais disponível no momento do falecimento, o legado será considerado válido apenas em relação às obras remanescentes, conforme o art. 1.916 do Código Civil.

6. DO TESTAMENTEIRO (OPCIONAL)

Nessa oportunidade, designo [NOME COMPLETO DO TESTAMENTEIRO], portador(a) do CPF nº [CPF], [RG], [estado civil], [profissão] e [endereço completo], como pessoa de minha confiança, para que, após meu falecimento, adote todas as providências cabíveis para efetivar as disposições aqui elencadas.

7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Sendo assim, o presente Testamento, logo após a minha morte, deverá ser levado a registro, inscrição e cumprimento competentes.

Nestes termos, expressando neste TESTAMENTO a disposição de minha última vontade, o qual redigi de próprio punho/por meio eletrônico, o dou por bom, firme e valioso a todo tempo, rogando às autoridades competentes que o cumpram e o façam cumprir tal como nele se contém e declara, e às testemunhas perante as quais li este mesmo testamento, que a confirmem em juízo, em conformidade com a lei.

Dou por concluído o presente TESTAMENTO que, com as aludidas testemunhas, o assino.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

[Nome completo do testador]

TESTEMUNHAS:

1. _____
[NOME COMPLETO]

2. _____
[NOME COMPLETO]

3. _____
[NOME COMPLETO]



TESTAMENTO PARA TRANSMISSÃO DE PESQUISA CIENTÍFICA REALIZADA NO MEIO DIGITAL E/OU DE ACERVO DE ESTUDO

Esta modalidade de testamento é indicada para pessoas que desenvolveram pesquisas científicas, materiais acadêmicos ou acervos de estudo armazenados exclusivamente em meio digital e desejam garantir a continuidade e o destino adequado dessas produções intelectuais após seu falecimento.

O testador poderá optar por doar gratuitamente esse acervo a uma instituição de ensino, universidade, centro de pesquisa ou laboratório, com a finalidade de preservar seu legado e fomentar o avanço do conhecimento na área científica de sua atuação. Alternativamente, poderá dispor que tais materiais sejam transmitidos aos seus herdeiros, autorizando-os a explorar os direitos patrimoniais sobre o conteúdo, desde que sejam respeitados os princípios da integridade, ética científica e preservação da autoria.

O modelo a seguir oferece ambas as possibilidades, permitindo ao testador formalizar sua vontade de maneira clara, protegendo sua produção intelectual e assegurando sua destinação conforme seus valores e propósitos.

MODELO 16

Eu, [NOME COMPLETO DO TESTADOR], [nacionalidade], [estado civil], [profissão/pesquisador(a)], portador(a) do CPF nº [CPF] e do RG nº [RG], residente e domiciliado(a) na [endereço completo], estando em pleno gozo de minhas faculdades mentais, lúcido(a) e consciente, e por minha livre e espontânea vontade, sem qualquer induzimento ou caução, resolvo, por meio deste TESTAMENTO/INSTRUMENTO PARTICULAR, lavrado de acordo com os ditames legais, especialmente os artigos 1.857, 1.876 e seguintes do Código Civil Brasileiro, declarar minhas disposições de última vontade, especificamente no que diz respeito ao meu acervo de pesquisas, produções e estudos científicos armazenados, exclusivamente, em formato digital.

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Declaro que, embora o ordenamento jurídico brasileiro não possua legislação específica sobre herança digital, fundamento este testamento no Enunciado nº 40 do Instituto Brasileiro de Direito de Família e Sucessões – IBDFAM, que reconhece a possibilidade de integração dos bens digitais à sucessão, ressalvados os direitos personalíssimos, os direitos de terceiros e a disposição de última vontade em sentido contrário. Manifesto, desde já, minha inequívoca intenção de preservar, organizar e dar destinação adequada ao meu acervo digital de estudos e pesquisas, garantindo tanto sua eventual exploração econômica legítima quanto sua função social e científica, pois ainda que eu venha a falecer, minha história e dedicação ao longo da vida continuará contribuindo para o desenvolvimento social, científico e econômico do país.

2. DO ACERVO DIGITAL DE PESQUISAS, ESTUDOS E PRODUÇÕES CIENTÍFICAS

Para fins deste testamento, considero como acervo digital de estudo e/ou pesquisa e produções todos os materiais científicos, acadêmicos e intelectuais de minha autoria ou coautoria, armazenados exclusivamente em meio digital, tais como: [neste tópico é necessário listas as produções científicas e o local em que estão armazenadas, exemplo: banco de dados de estudos a respeito do crescimento de neurodivergentes no Brasil, localizado no Computador X, o qual não é protegido por senha, na pasta

“BANCO DE DADOS - NEURODIVERGENTES”; relatórios técnicos a respeito de “X”, localizada na nuvem “Icloud” pasta “Y” ou até mesmo, teses, dissertações, monografias, anotações de pesquisas, artigos científicos, arquivos laboratoriais e anotações etc.]

3.DA PROTEÇÃO DOS DIREITOS AUTORAIS PÓS-MORTE

Declaro que tais conteúdos podem possuir valor econômico, além de valor científico, educacional, histórico e social, sendo protegidos pela Lei nº 9.610/98, nos limites aplicáveis às obras científicas.

Desta forma, os direitos patrimoniais de autor incidentes sobre o acervo científico digital integram o meu acervo hereditário e são transmissíveis aos herdeiros, nos termos dos arts. 22, 28 e 49 da Lei nº 9.610/98 e da legislação civil.

Já os direitos morais do autor, por sua natureza personalíssima, permanecem inalienáveis, irrenunciáveis e imprescritíveis, devendo ser respeitados quanto à autoria, integridade da obra, fidelidade científica, preservação do contexto e da minha memória intelectual, conforme os arts. 24 e seguintes da Lei de Direitos Autorais.

4. DOS HERDEIROS

Nomeio como meus herdeiros:

1. [Nome completo do cônjuge/companheiro(a)- se houver], inscrito(a) no CPF nº [número do CPF], residente e domiciliado (a) à [endereço completo].
2. [Nome completo do filho(a) 1 – se houver], inscrito no CPF nº [número do CPF], residente e domiciliado à [endereço completo].
3. [Nome completo do filho(a) 2 – se houver], inscrito no CPF nº [número do CPF], residente e domiciliado à [endereço completo].
4. [Nome completo do genitor – se houver], inscrito no CPF nº [número do CPF], residente e domiciliado à [endereço completo].

5. [Nome completo de terceiro que deseja tornar herdeiro – se houver], inscrito no CPF nº [número do CPF], residente e domiciliado à [endereço completo].

Considerando a existência de herdeiros necessários, a partilha do meu acervo digital os meus sucessores legais deverão ocorrer na forma dos arts. 1.789, 1.829 e 1.846, do Código Civil, bem como respeitar os limites da legítima, conforme os arts. 1.857, §1º, e 1.846 do mesmo diploma legal.

5. DA DESTINAÇÃO DO ACERVO DIGITAL DE PESQUISAS, ESTUDOS E PRODUÇÕES CIENTÍFICAS

Determino que, após a abertura da sucessão ao meu acervo de pesquisas, produções e estudos científicos armazenados, exclusivamente, em formato digital deverão:

[OPÇÃO 1] ser transmitido integralmente aos meus herdeiros, os quais poderão explorar economicamente o acervo científico digital, por meio de publicação, desenvolvimento de produtos, cursos ou novas tecnologias a partir dos meus estudos, cessão de direitos patrimoniais, modelos de negócios etc., respeitando a integridade científica dos estudos, a correta atribuição de autoria e os limites legais previstos na Lei nº 9.610/98.

[OPÇÃO 2] Alternativamente, manifesta-se a minha vontade de doar gratuitamente todo o meu acervo digital de pesquisa científica à seguinte instituição [NOME COMPLETO DA UNIVERSIDADE, FACULDADE OU CENTRO DE PESQUISA], inscrita no CNPJ sob o nº [CNPJ], com sede à [endereço completo da instituição], com a finalidade de [expor os motivos da referida doação, exemplo: auxiliar no avanço científico e social do tema X].

Esta doação também deverá ser formalizada por termo próprio, após a abertura da sucessão, devendo a instituição comprometer-se à preservação da autoria, integridade e finalidade educacional e científica do acervo.

6. DO TESTAMENTEIRO

Para efetivo cumprimento desta vontade, designo [NOME COMPLETO DO TESTAMENTEIRO], portador(a) do CPF nº [CPF], [RG], [estado civil], [profissão] e [endereço completo], como pessoa de minha confiança, para

que adote todas as providências cabíveis para o fiel cumprimento deste testamento.

7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Sendo assim, o presente Testamento, logo após a minha morte, deverá ser levado a registro, inscrição e cumprimento competentes.

Nestes termos, expressando neste TESTAMENTO a disposição de minha última vontade, o qual redigi de próprio punho/por meio eletrônico, o dou por bom, firme e valioso a todo tempo, rogando às autoridades competentes que o cumpram e o façam cumprir tal como nele se contém e declara, e às testemunhas perante as quais li este mesmo testamento, que a confirmem em juízo, em conformidade com a lei.

Dou por concluído o presente TESTAMENTO que, com as aludidas testemunhas, o assino.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

[Nome completo do testador]

TESTEMUNHAS:

1. _____
[NOME COMPLETO]

2. _____
[NOME COMPLETO]

3. _____
[NOME COMPLETO]

TESTAMENTO DIGITAL PARA NOMEAÇÃO DE INVENTARIANTE DIGITAL

Esta modalidade de testamento tem como base o entendimento firmado no Recurso Especial nº 2.124.424, julgado pela Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que reconheceu, de forma inédita, a possibilidade de nomeação de um inventariante digital. Trata-se de um profissional especializado na área da tecnologia, que atuará como perito no processo de inventário, com a finalidade de localizar, acessar e identificar os bens digitais deixados pelo falecido, preservando a confidencialidade dos dados e evitando violações aos direitos da personalidade.

Esse modelo é especialmente indicado para testadores que desejam transmitir seus bens digitais, mas que não possuem conhecimento técnico suficiente para descrever com exatidão o acervo digital existente, suas senhas ou sua organização. A figura do inventariante digital garante segurança, ética e profissionalismo no tratamento desses ativos, permitindo que somente os bens transmissíveis, como aqueles de valor econômico ou documental, sejam devidamente identificados e integrados ao inventário.

A seguir, apresenta-se um modelo que permite ao testador nomear um inventariante digital de sua confiança, assegurando a execução responsável de sua vontade após o falecimento.

MODELO 17

Eu, [NOME COMPLETO DO TESTADOR], [nacionalidade], [estado civil], [profissão], portador(a) do CPF nº [CPF] e do RG nº [RG], residente e domiciliado(a) na [endereço completo], estando em pleno gozo de minhas faculdades mentais, lúcido(a) e consciente, e por minha livre e espontânea vontade, sem qualquer induzimento ou caução, resolvo, por meio deste TESTAMENTO/INSTRUMENTO PARTICULAR, lavrado de acordo com os ditames legais, especialmente os artigos 1.857, 1.876 e seguintes do Código Civil Brasileiro, declarar minhas disposições de última vontade, especificamente no que diz respeito ao meu acervo digital, com ou sem valor econômico, armazenado em dispositivos eletrônicos ou plataformas virtuais.

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Declaro que, embora a legislação brasileira ainda não disponha de regramento sistemático sobre herança digital, este testamento tem por base o Enunciado nº 40 do Instituto Brasileiro de Direito de Família e Sucessões – IBDFAM, que reconhece que os bens digitais podem integrar a sucessão do seu titular, ressalvadas as hipóteses envolvendo direitos personalíssimos, direitos de terceiros ou disposição de última vontade em sentido contrário.

Assim, manifesto a minha vontade de que o meu acervo digital seja transmitido aos meus herdeiros legais, conforme as regras do Código Civil, mas condicionando essa transmissão à identificação técnica e cautelosa dos bens que efetivamente possam ser sucedidos, para que a minha imagem e privacidade seja zelada e respeitada.

2. DO ACERVO DIGITAL A SER TRANSMITIDO

Para fins de esclarecimento, reconheço que não disponho de pleno conhecimento técnico ou organizacional sobre todos os bens digitais que possuo, tampouco quais possuem valor econômico, pessoal e íntimo, os quais estão distribuídos em diversos dispositivos, plataformas, contas de armazenamento, perfis de redes sociais, nuvens, servidores e aplicativos de trocas de mensagens.

Assim, determino que, após meu falecimento, seja realizado inventário judicial do meu acervo digital, com a finalidade de apuração, classificação e destinação dos bens digitais a serem transmitidos respeitando a minha imagem e privacidade, mas também garantindo o direito de herdar dos meus herdeiros, conforme prevê o art. 5º, inciso XXX, da CRFB/88, observadas as demais normas civis e os direitos autorais, nos termos da Lei nº 9.610/98.

3. DO INVENTARIANTE DIGITAL

Com fundamento no julgamento do Recurso Especial nº 2.124.424 pela Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça – STJ, requeiro expressamente que seja nomeado, no bojo do inventário judicial, um INVENTARIANTE DIGITAL, que será uma espécie de perito, com conhecimento técnico específico, que atuará como auxiliar do juízo, com a finalidade exclusiva de detectar os bens digitais a serem sucedidos.

A referida medida visa garantir o equilíbrio entre a proteção da imagem, intimidade e privacidade post mortem (art. 20 do Código Civil) e o direito à sucessão patrimonial dos bens digitais (Enunciado 40 do IBDFAM), prevenindo litígios e violação de direitos da personalidade.

4. DOS HERDEIROS

Nomeio como meus herdeiros:

1. [Nome completo do cônjuge/companheiro(a)- se houver], inscrito(a) no CPF nº [número do CPF], residente e domiciliado (a) à [endereço completo].
2. [Nome completo do filho(a) 1 – se houver], inscrito no CPF nº [número do CPF], residente e domiciliado à [endereço completo].
3. [Nome completo do filho(a) 2 – se houver], inscrito no CPF nº [número do CPF], residente e domiciliado à [endereço completo].
4. [Nome completo do genitor – se houver], inscrito no CPF nº [número do CPF], residente e domiciliado à [endereço completo].

5. [Nome completo de terceiro que deseja tornar herdeiro – se houver], inscrito no CPF nº [número do CPF], residente e domiciliado à [endereço completo].

Considerando a existência de herdeiros necessários, a partilha do meu acervo digital os meus sucessores legais deverão ocorrer na forma dos arts. 1.789, 1.829 e 1.846, do Código Civil, bem como respeitar os limites da legítima, conforme os arts. 1.857, §1º, e 1.846 do mesmo diploma legal.

5. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Sendo assim, o presente Testamento, logo após a minha morte, deverá ser levado a registro, inscrição e cumprimento competentes.

Nestes termos, expressando neste TESTAMENTO a disposição de minha última vontade, o qual redigi de próprio punho/por meio eletrônico, o dou por bom, firme e valioso a todo tempo, rogando às autoridades competentes que o cumpram e o façam cumprir tal como nele se contém e declara, e às testemunhas perante as quais li este mesmo testamento, que a confirmem em juízo, em conformidade com a lei.

Dou por concluído o presente TESTAMENTO que, com as aludidas testemunhas, o assino.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

[Nome completo do testador]

TESTEMUNHAS:

1. _____
[NOME COMPLETO]

2. _____
[NOME COMPLETO]

3. _____
[NOME COMPLETO]



TESTAMENTO PARA TRANSFORMAÇÃO DE REDES DIGITAIS EM MEMORIAIS

Esta modalidade de testamento é destinada a usuários que, embora não desejem desaparecer do ambiente virtual após a morte, também não querem que seus perfis digitais permaneçam ativos de forma comum, como se ainda estivessem em vida. A proposta é que essas contas sejam convertidas em páginas memoriais, conforme as funcionalidades previstas por cada plataforma digital.

Trata-se de uma alternativa especialmente relevante para artistas, influenciadores e criadores de conteúdo digital, cuja trajetória e presença virtual compõem parte significativa de sua identidade pública. Ao transformar os perfis em memoriais, busca-se preservar sua imagem, legado e contribuição cultural, criando um espaço virtual adequado para homenagens póstumas, sem exposição indevida da intimidade ou risco de uso indevido das contas.

A seguir, apresenta-se o modelo de testamento compatível com essa finalidade.

MODELO 18

Eu, [NOME COMPLETO DO TESTADOR], [nacionalidade], [estado civil], [profissão], portador(a) do CPF nº [CPF] e do RG nº [RG], residente e domiciliado(a) na [endereço completo], estando em pleno gozo de minhas faculdades mentais, lúcido(a) e consciente, por minha livre e espontânea vontade, sem qualquer induzimento ou caução, resolvo, por meio deste TESTAMENTO/INSTRUMENTO PARTICULAR, lavrado de acordo com os ditames legais, especialmente os artigos 1.857, 1.876 e seguintes do Código Civil Brasileiro, declarar minhas disposições de última vontade, especificamente no que diz respeito à preservação da minha vida digital após o meu falecimento.

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Declaro, desde já, que, embora o ordenamento jurídico brasileiro ainda não tenha disciplina específica e uniforme sobre herança digital, baseio este testamento no Enunciado nº 40 do Instituto Brasileiro de Direito de Família e Sucessões – IBDFAM, que reconhece que a herança digital pode integrar a sucessão do titular, ressalvadas as hipóteses envolvendo direitos personalíssimos, direitos de terceiros e disposições testamentárias em sentido contrário.

Com fundamento nesse entendimento, manifesto, expressamente, minha vontade de que minhas redes sociais e vida digital não sejam apagadas, mas que sejam transformadas em páginas de memorial digital, de forma a preservar minha memória, minha expressão pessoal e minhas contribuições. Contudo, respeitando os limites legais da proteção à intimidade e à imagem, bem como os direitos de terceiros.

2. DO ACERVO DIGITAL

Para os fins de esclarecimento deste testamento, considero como parte integrante da minha vida digital todos os meus perfis em redes sociais como Instagram, Facebook, TikTok, Twitter/X, LinkedIn, YouTube, Snap, Kawai etc., todos os meus conteúdos publicados em blogs, sites pessoais, além de conteúdos audiovisuais, textos, fotos e outros materiais que estejam

associados à minha presença digital as quais constroem a minha imagem de forma pública.

Declaro que tais bens representam minha trajetória pessoal, devendo, portanto, ser preservadas de forma respeitosa, através de páginas de homenagem.

3. DAS PÁGINAS MEMORIAIS

Determino que, após o meu falecimento, todos os meus perfis e contas em redes sociais e demais plataformas digitais onde atuei publicamente sejam convertidos, sempre que possível, em páginas de memorial digital, observadas as normas e políticas de uso de cada plataforma. Para tanto, deverá ser mantido o status de memorial em todas as plataformas que disponham dessa funcionalidade, com a devida preservação da integridade dos conteúdos publicados, como forma de homenagem póstuma à minha trajetória pessoal e profissional.

Declaro expressamente que não autorizo o acesso a mensagens privadas ou comunicações pessoais armazenadas em tais contas, devendo ser respeitada minha intimidade e a confidencialidade de terceiros. Além disso, determino que os comentários públicos futuros nas referidas páginas sejam restritos exclusivamente aos seguidores já existentes à época do falecimento, a fim de evitar manifestações ofensivas, discriminatórias ou desrespeitosas que possam comprometer minha memória e imagem.

Para facilitar a identificação e o cumprimento desta disposição, informo que mantenho perfis ativos nas seguintes redes sociais: [inserir a identificação dos perfis, como nome de usuário e link de acesso. Exemplo: Instagram, @freirethauany; TikTok, @thauanyadvogada].

4. DO TESTAMENTEIRO / DO ADMINISTRADOR DE MEMORIAL DIGITAL

Para o fiel cumprimento da presente disposição de última vontade, designo como testamenteiro e administrador do meu memorial digital o(a) Sr(a). [NOME COMPLETO DO TESTAMENTEIRO], portador(a) do CPF nº [CPF], RG nº [RG], [estado civil], [profissão], residente e domiciliado(a) à [endereço completo], pessoa em quem deposito plena confiança para zelar por minha

memória digital após o meu falecimento.

Caberá ao(à) testamentário(a), desde logo, promover, junto às plataformas digitais nas quais mantenho contas ou perfis, os requerimentos necessários para a conversão dos perfis em páginas de memorial, observadas as diretrizes específicas de cada ambiente digital e mediante apresentação da documentação exigida. Além disso, será de sua responsabilidade administrar esses espaços com ética, respeito e responsabilidade, prezando pela manutenção da minha boa imagem e impedindo o uso indevido de meus perfis, especialmente por meio da proibição expressa da veiculação de qualquer tipo de publicidade digital póstuma, prática com a qual não concordo e que não reflete minha vontade.

O(a) testamentário(a) deverá também monitorar os comentários e interações públicas nos perfis transformados em memoriais, procedendo à exclusão de manifestações ofensivas, discriminatórias, caluniosas ou que, de qualquer forma, atentem contra minha honra, dignidade ou memória.

Caso a plataforma não disponha de página memorial caberá ao testamentário solicitar a sua EXCLUSÃO.

7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Sendo assim, o presente Testamento, logo após a minha morte, deverá ser levado a registro, inscrição e cumprimento competentes.

Nestes termos, expressando neste TESTAMENTO a disposição de minha última vontade, o qual redigi de próprio punho/por meio eletrônico, o dou por bom, firme e valioso a todo tempo, rogando às autoridades competentes que o cumpram e o façam cumprir tal como nele se contém e declara, e às testemunhas perante as quais li este mesmo testamento, que a confirmem em juízo, em conformidade com a lei.

Dou por concluído o presente TESTAMENTO que, com as aludidas testemunhas, o assino.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].



ATENÇÃO, ADVOGADOS!

Caso seu cliente procure seus serviços para a elaboração de um testamento de bens digitais, é imprescindível que você o oriente quanto à adoção de medidas prévias, especialmente no que se refere às configurações de suas redes sociais e contas em plataformas digitais.

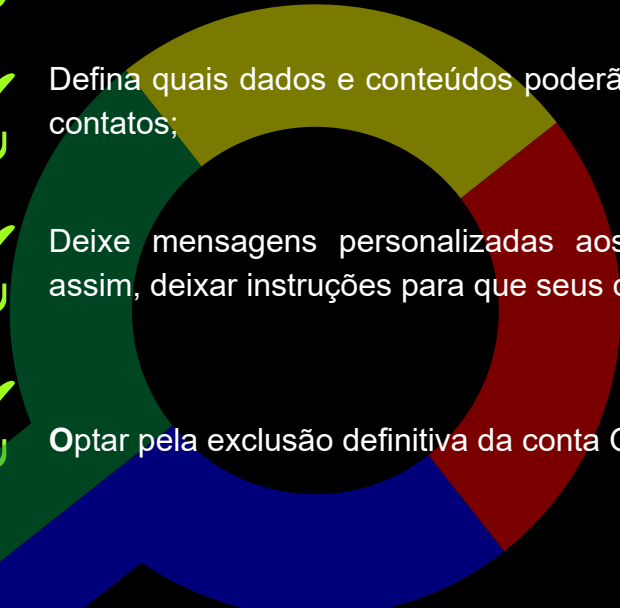
O planejamento sucessório digital não se limita à redação do instrumento testamentário. Ele exige organização prévia, definição de acessos e escolha estratégica do testamentário. É altamente recomendável que o testamenteiro seja pessoa de extrema confiança, capaz de efetivar as disposições de última vontade do titular, inclusive no que se refere ao gerenciamento de contas, exclusão de conteúdos ou solicitação de dados junto às plataformas.

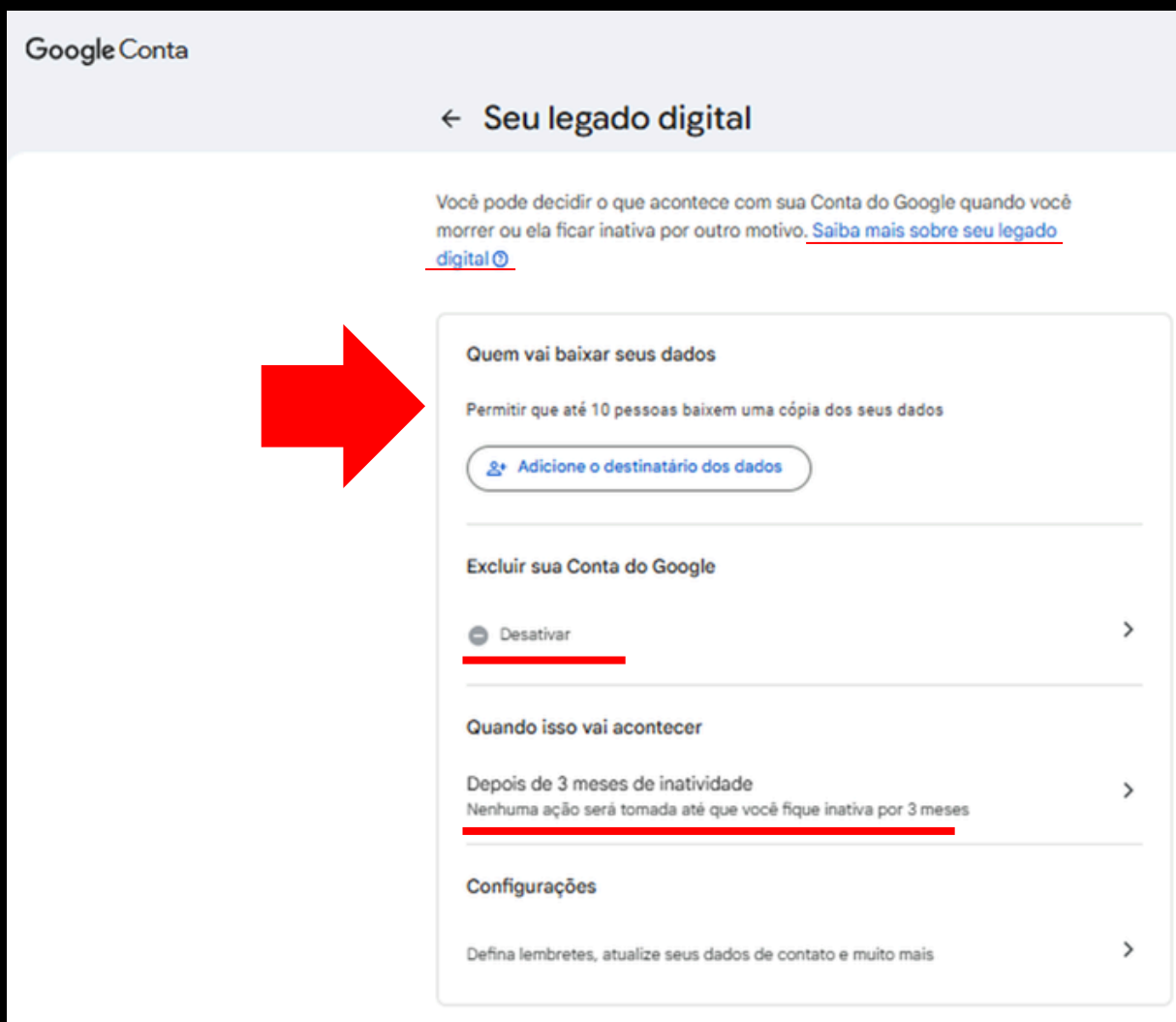
Contudo, deve-se ter cautela quanto ao compartilhamento direto de login e senha, orientando o cliente sobre formas seguras de armazenamento dessas informações, como os gestores de senha.

No caso específico das contas Google, há uma ferramenta que merece atenção especial do advogado: o [Gerenciador de Conta Inativa](#).

O [Google \(2026\)](#), responsável por serviços como Gmail, YouTube, Google Drive, Google Fotos e demais plataformas que integram o grupo, adota uma postura estruturada e eficiente quanto à destinação dos dados após a inatividade do usuário. Por meio do Gerenciador de Conta Inativa, o titular pode, ainda em vida, definir o destino de seus bens digitais, funcionando, na prática, como um verdadeiro mecanismo complementar de testamento digital.

A ferramenta permite que o usuário tenha o poder de escolher o destino de seus bens digitais após a inatividade de sua conta, no seguinte sentido:

- 
- Determinar o prazo de inatividade da conta caracterizará a presunção de ausência de uso da conta (sendo sugerido o período mínimo de 03 meses);
 - Indique até 10 (dez) contatos de confiança/herdeiros;
 - Defina quais dados e conteúdos poderão ser compartilhados com esses contatos;
 - Deixe mensagens personalizadas aos contatos indicados, podendo, assim, deixar instruções para que seus desejos sejam efetivados;
 - Optar pela exclusão definitiva da conta Google após o período de inatividade;

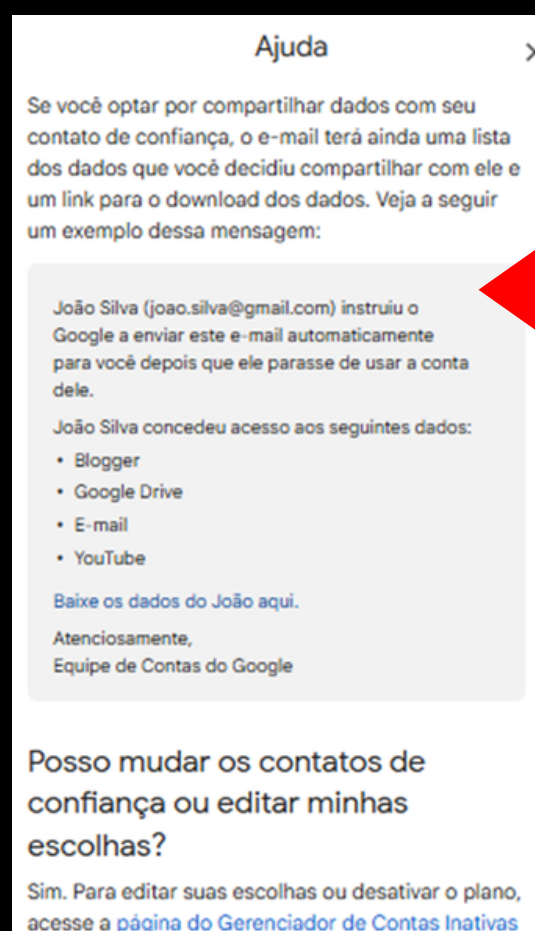
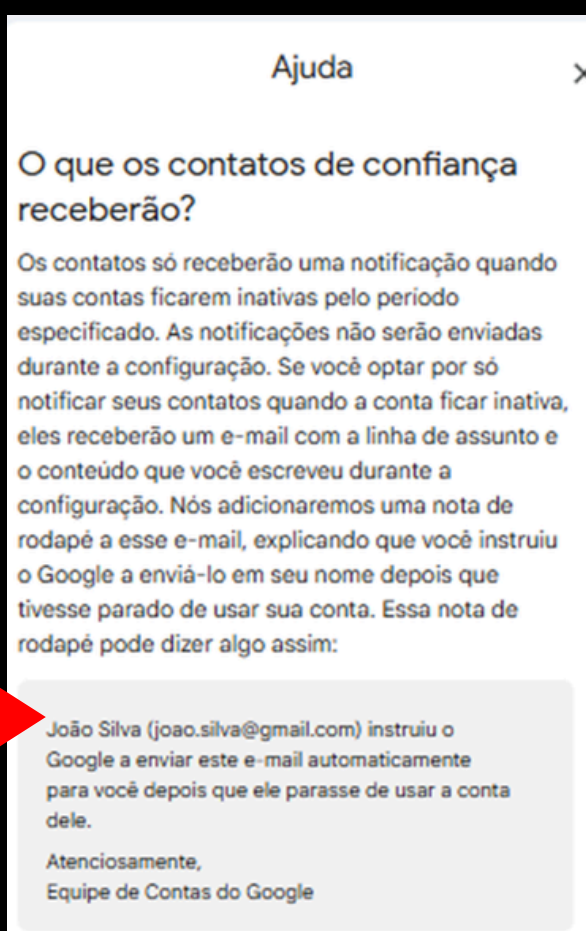


Fonte: Google (2026).

Para o uso do formulário apresentado na imagem acima basta o acesso ao link: <https://myaccount.google.com/inactive?>

Ao preencher as informações pertinentes ao desejo do usuário é importante notar que a caracterização da inatividade não depende necessariamente da comprovação formal do falecimento, mas do não acesso à conta dentro do período previamente estipulado pelo próprio titular do acervo digital. Isso demonstra um modelo preventivo de gestão patrimonial digital.

O formulário do Gerenciador contém, inclusive, o hiperlink “Saiba mais sobre o seu legado digital”, que ao usuário clicar abre uma nova janela, como informações de como se dará a transmissão dos dados aos contatos de confiança do usuário após constatada a inatividade da conta. Tal mecanismo revela-se compatível com a autonomia privada e o direito sucessório brasileiro. Veja-se:



Pelo exposto, nota-se uma solução criativa estabelecida pelo Google para o processo de transmissão de bens digitais, a qual deve ser divulgada para que os usuários tenham cada vez mais conhecimento a respeito da ferramenta. Essa funcionalidade dialoga diretamente com o direito fundamental da herança (art. 5, XXX, da CF/88), uma vez que possibilita a destinação desses bens digitais, além de proteger a imagem, privacidade e intimidade da pessoa falecida que ainda em vida escolheu a destinação desses bens (art. 20, parágrafo único, do CC/02).

Quanto as obras artísticas, científicas e literárias disponíveis nas contas Google, também poderão ser transmitidas se assim o seu usuário desejar, contemplando os arts. 41 e 44 da LDA. Isso porque as contas Google frequentemente armazenam obras intelectuais protegidas pelo direito autoral, como vídeos no YouTube, fotografias autorais, textos, projetos e outros ativos imateriais com valor econômico e cultural.

Dessa forma, o advogado que atua com planejamento sucessório deve orientar o cliente a alinhar o testamento formal com as configurações internas das plataformas digitais, evitando conflitos futuros entre disposições testamentárias e políticas privadas das empresas.

O Gerenciador de Conta Inativa do Google apresenta-se, portanto, como exemplo de boa prática corporativa, servindo de parâmetro para outras plataformas, ao permitir que o usuário exerça sua autonomia quanto ao destino de seu patrimônio digital, preservando sua privacidade, honra e imagem, sem comprometer o direito sucessório de seus herdeiros.

No que se refere ao Instagram (2025), a plataforma passou a admitir que o usuário manifeste sua vontade ainda em vida quanto ao destino de sua conta após o falecimento. Atualmente, é possível optar pela exclusão automática do perfil ou indicar um “contato herdeiro” (conta memorial) para administrar determinadas funcionalidades após a transformação em memorial.

Caso o titular escolha a opção “Excluir após falecimento”, eventual pedido de transformação do perfil em memorial será desconsiderado, prevalecendo sua manifestação expressa de última vontade. Trata-se de medida que reforça o princípio da autonomia privada e da autodeterminação informativa no ambiente digital.



A própria plataforma recomenda que essa decisão seja previamente discutida com familiares, justamente para evitar conflitos futuros, especialmente porque a exclusão da conta é definitiva e irreversível.

Sob a perspectiva jurídica, é fundamental que o advogado oriente o cliente a alinhar essa configuração interna da plataforma com o conteúdo do testamento digital. Caso haja divergência entre o que foi configurado no Instagram e o que consta no instrumento testamentário, poderão surgir disputas familiares ou dificuldades práticas na execução da vontade do falecido.

Segundo as diretrizes atuais da plataforma, os perfis transformados em memorial apresentam características específicas: 1) não é permitido o acesso à conta por terceiros, inclusive ao contato herdeiro, no que se refere ao login e às mensagens privadas; 2) a expressão “Em memória de” é exibida junto ao nome do perfil; 3) as publicações realizadas em vida permanecem visíveis ao público, respeitadas as configurações de privacidade originais; e 4) o perfil deixa de aparecer na aba “Explorar” ou em recomendações públicas.

Percebe-se, portanto, que o Instagram adota modelo intermediário entre a exclusão total e a sucessão patrimonial plena, limitando o alcance dos herdeiros à gestão simbólica do perfil, sem permitir acesso integral aos conteúdos internos da conta. Essa limitação deve ser considerada pelo advogado no momento da elaboração do testamento de bens digitais, sobretudo quando o perfil possuir valor econômico, como no caso de influenciadores digitais ou criadores de conteúdo, observando, inclusive, a necessidade de acionar o judiciário para herdar tais bens ou não. **107**

No que se refere ao procedimento para comunicar o falecimento de um usuário, é importante destacar que, diferentemente do Google, que dispõe do Gerenciador de Conta Inativa, mecanismo que permite ao próprio titular definir previamente o destino de sua conta, o Instagram não possui ferramenta automática capaz de presumir o falecimento com base em período de inatividade.

Assim, para que o perfil seja transformado em memorial ou excluído, é necessário que familiares ou amigos realizem a comunicação formal do óbito por meio de formulário específico disponibilizado pela própria plataforma, conforme ilustrado na imagem a seguir. Nesse procedimento, geralmente são exigidos documentos comprobatórios, como certidão de óbito, a fim de validar a solicitação ou até mesmo uma reportagem em sites e jornais de grande circulação, informando o ocorrido.

Central de Ajuda

Recursos do Instagram >

Login, recuperação e segurança >

Gerenciar sua conta >

Como se proteger >

Privacidade e denúncia >

Termos e políticas >

Instagram para Empresas >

Threads >

Request to Memorialize a Deceased Person's Instagram or Threads Account

Após um falecimento, a conta da pessoa poderá ser transformada em memorial se um membro da família ou amigo enviar uma solicitação. Se desejar que a conta de um ente querido seja transformada em memorial, use este formulário para nos informar.

Saiba o que acontece quando uma conta é transformada em memorial.

Nome completo

Seu endereço de email

Nome completo da pessoa falecida

Instagram or Threads username of the deceased person

Please provide a screenshot of the proof of death

Nenhum ficheiro selecionado

Quando a pessoa faleceu?

Se não souber a data exata, forneça a data mais aproximada possível.

Informações adicionais

Fonte: Captura do site do Instagram (2026).

Link de acesso: <https://help.instagram.com/contact/452224988254813>

A rede social Facebook também dispõe a respeito das contas de pessoas falecidas. Nas configurações da conta, a seção intitulada “O que acontecerá com sua conta do Facebook se você falecer?”, permite que próprio usuário possa, ainda em vida, definir o destino de seu perfil após a morte. A plataforma oferece duas alternativas principais: 1) Exclusão definitiva da conta após o falecimento; 2) Transformação do perfil em página memorial, com possibilidade de indicação de um “contato herdeiro”.

Caso o cliente opte pela memorialização, é fundamental que ele indique previamente um contato herdeiro, pessoa de confiança que poderá realizar determinadas ações administrativas no perfil memorializado, como fixar publicações, atualizar foto de perfil e solicitar eventual exclusão da conta.

Contudo, é imprescindível esclarecer ao cliente que o contato herdeiro não terá acesso às mensagens privadas trocadas pelo falecido, tampouco poderá acessar a conta mediante login e senha. Após a transformação em memorial, inclusive, não será mais possível o envio de mensagens privadas pelo perfil.

Se o usuário não realizar qualquer configuração prévia, o Facebook converterá automaticamente o perfil em página memorial quando tomar conhecimento do falecimento. Nessa hipótese, se não houver contato herdeiro indicado, a conta permanecerá sem qualquer possibilidade de gestão por terceiros.

Sob o ponto de vista prático, é importante advertir que há relatos de inefetividade no cumprimento dessas políticas. Mesmo com o envio da documentação exigida, como documentos de identificação e certidão de óbito, familiares podem enfrentar demora ou ausência de resposta da plataforma. Nesses casos, pode ser necessária a atuação judicial para compelir o cumprimento das próprias políticas da empresa.

Destaca-se que os termos de uso e políticas da plataforma possuem natureza contratual, configurando contrato de adesão firmado no momento da criação do perfil. Assim, eventual descumprimento pode ensejar tutela jurisdicional com fundamento no Código Civil e no Código de Defesa do Consumidor, especialmente quando houver violação à autonomia da vontade do usuário falecido ou aos direitos de seus sucessores.


No que se refere ao TikTok (2026), é importante alertar seu cliente de que a plataforma não disponibiliza formulário específico nem apresenta política clara para o reporte de contas de usuários falecidos. Tampouco há regulamentação transparente acerca da destinação dos conteúdos digitais após o óbito do titular, devendo este disciplinar seus desejos em testamento, observando os limites da propriedade da conta.

Já no caso do LinkedIn, rede social voltada ao ambiente profissional permite que o usuário, ainda em vida, autorize terceiros a solicitarem o encerramento de sua conta em caso de falecimento. Essa autorização prévia deve ser considerada pelo advogado como parte do planejamento sucessório digital, especialmente quando o perfil estiver vinculado a atividades empresariais, produção intelectual ou construção de reputação profissional.

Na ausência de autorização expressa, a plataforma possibilita que terceiros comuniquem o falecimento por meio de formulário próprio. Após a verificação, o perfil é convertido em página memorial. Veja-se os referidos formulários:



Formulário de solicitação de página memorial ou encerramento de conta do usuário falecido

 Ajuda LinkedIn Como podemos ajudar?

Informações sobre o usuário falecido

Nome da pessoa falecida *

Copie e cole a URL do perfil a partir do seu navegador *

Observação: a URL do perfil pode ser encontrada digitando-se o nome do usuário na [caixa de pesquisa em LinkedIn.com](#) e acessando o perfil ou digitando o nome do usuário no [campo de pesquisa do Google](#).

Não encontrou um perfil?
Se você não encontrar uma URL de perfil, insira (Não foi possível localizar) na caixa de texto da URL e avance para a caixa de texto de endereço. Um perfil pode não estar visível por diversas razões, incluindo as seguintes:
1) O usuário colocou sua conta em hibernação; ou
2) A conta do usuário foi marcada como falecido ou
3) O usuário encerrou sua conta.

E-mail da pessoa falecida
Se puder, forneça quaisquer e-mails que possam estar associados à conta da pessoa

Data do falecimento


Relacionamento com a pessoa falecida *

Família (esposo/esposa, pai/mãe, irmão/irmã, filho/filha)

Entidade autorizada (tem autoridade legal para agir em nome da pessoa falecida)

Documentos a serem anexados (obrigatórios)
Os dois documentos são necessários para processarmos sua solicitação

Carregue a certidão de óbito e um documento de autorização reconhecido judicialmente



Anexe a certidão de óbito e o documento de autorização *

Assinatura digital

Digitar seu nome completo na caixa servirá como uma assinatura digital *

Para responder à sua pergunta ou resolver um problema, um representante do LinkedIn talvez precise acessar sua conta, inclusive, caso necessário, suas mensagens e configurações.

Enviar

Fonte: Captura do site LinkedIn (2026).

Para solicitar o encerramento do perfil, basta acessar o link: <https://www.linkedin.com/help/linkedin/ask/ts-rmdmlp>.

Já para solicitar a sua transformação em página memorial, acesse o link: <https://www.linkedin.com/help/linkedin/ask/ts-rmdmlp>.

Por fim, no que se refere ao Snapchat e ao Pinterest (2025), verifica-se que ambas as plataformas adotam postura ainda mais restritiva, permitindo apenas a solicitação de remoção da conta de usuários falecidos. Não há previsão de acesso por terceiros, tampouco possibilidade de transformação do perfil em página memorial ou qualquer regulamentação específica acerca da sucessão mortis causa dos bens digitais e das obras intelectuais eventualmente produzidas nessas redes.

Link de acesso Snapchat:



<https://help.snapchat.com/hc/pt-br/articles/27504454933908-Gostaria-de-reportar-uma-conta-de-uma-pessoa-que-faleceu>



Link de acesso Pinterest:

<https://help.pinterest.com/pt-br/article/deactivate-or-close-your-account>

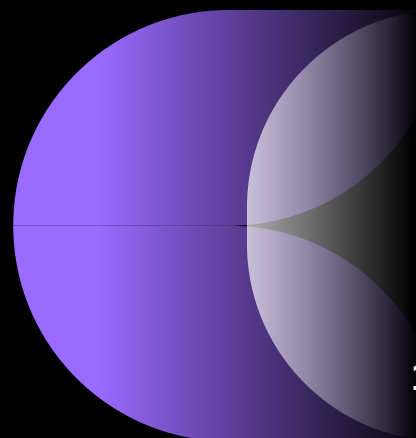
Tal limitação evidencia significativa lacuna quanto à destinação do patrimônio digital armazenado nessas plataformas, reforçando a necessidade de que o advogado oriente seu cliente a disciplinar expressamente a transmissão desses ativos por meio de testamento, garantindo maior segurança jurídica e efetividade às disposições de última vontade.

Assim, o planejamento sucessório digital eficiente exige não apenas a redação do testamento, mas também a verificação das políticas específicas de cada plataforma, garantindo que a vontade do cliente seja tecnicamente exequível no ambiente virtual. Quanto a figura do advogado este não atua apenas como redator de um testamento, mas como estrategista patrimonial em ambiente tecnológico.

Considerações Finais

Percebe-se que enquanto não houver disciplina normativa própria sobre a herança digital de obras protegidas pelo direito autoral, cabe ao próprio indivíduo, em vida, organizar e definir o destino de seus bens digitais, especialmente aqueles que possuem valor econômico, intelectual ou afetivo. O testamento, nesse contexto, atua como mecanismo de segurança jurídica, prevenindo conflitos familiares, evitando a perda de patrimônio digital e garantindo a proteção da privacidade, da imagem e dos direitos autorais do falecido.

Assim, torna-se imprescindível incentivar a cultura do planejamento sucessório digital, orientando a população a testar, planejar e formalizar suas disposições de última vontade, fortalecendo a autonomia privada e concretizando o direito fundamental à herança no ambiente digital.



Autores

Thauany Freire dos S. Silva

Advogada atuante nas áreas de Direito Digital, Direito do Consumidor, Direito Previdenciário, Direito de Família e Sucessões, com sólida formação jurídica e olhar atento às transformações tecnológicas que impactam a sociedade contemporânea.

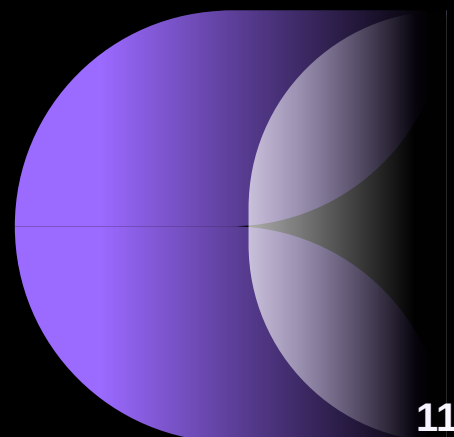
Graduada em Direito pela Faculdade de Petrolina – FACAPE (2022.2), é pós-graduanda em Direito Civil, Empresarial, Processo Civil e Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), áreas que dialogam diretamente com os desafios da proteção patrimonial no ambiente digital. Atualmente, é mestranda no Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação (PROFNIT), da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), onde aprofunda seus estudos sobre inovação, ativos intangíveis e segurança jurídica.

Seu principal campo de pesquisa é a Herança Digital no Brasil, dedicando-se à análise dos desafios jurídicos relacionados à transmissão de bens digitais, à proteção dos direitos autorais e à garantia da dignidade da pessoa humana no ambiente virtual.

Autores

Cristiane Xavier Galhardo

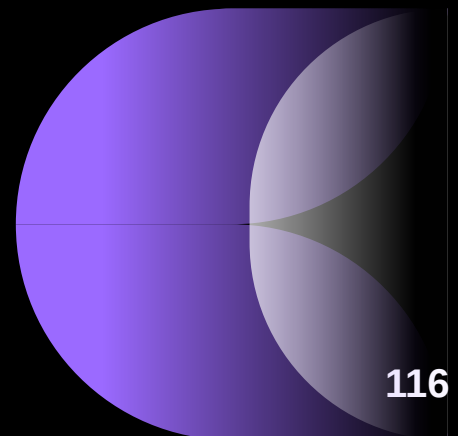
Professora Associada III do Colegiado de Engenharia Agrônômica da UNIVASF. Possui graduação em Bacharelado e Licenciatura em Química pela Universidade Estadual de Campinas (1995), doutorado em Ciências com ênfase em Química Analítica pela Universidade de São Paulo (2001) e pós-doutorado pela USP/CENA (2003). Atua nas áreas de Química Analítica, com foco em métodos óticos de análise, especialmente espectrofotometria e quimiluminescência em sistemas de injeção em fluxo. É docente permanente e coordenadora do Ponto Focal UNIVASF no PROFNIT.



Autores

Michely Correia Diniz

Professora Associada da UNIVASF, com graduação em Licenciatura e Bacharelado em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual do Ceará (2004), mestrado em Genética pela Universidade Federal de Pernambuco (2007) e doutorado em Biotecnologia (2011). Atua nas áreas de Genética Molecular, Biotecnologia e Bioinformática. Líder do Grupo de Estudos Integrados do Semiárido – GEIS. Docente nos programas de pós-graduação PROFNIT e PPGADT. Foi Diretora de Inovação Tecnológica e Gestora Institucional do SisGen na UNIVASF (2020–2022).



Referências

ALMEIDA, Juliana Evangelista de. Testamento Digital: como se dá a sucessão dos bens digitais [recurso eletrônico]. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 20 fev. 1998.

BRASIL. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 20 fev. 1998.

BRASIL. Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 8, p. 1-74, 11 jan. 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 3.128, de 24 de dezembro de 2008. Define que as Redes Estaduais de Atenção à Pessoa com Deficiência Visual sejam compostas por ações na atenção básica e Serviços de Reabilitação Visual. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 29 dez. 2008.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 2.124.424 - SP (2023/0255109-2). Relatora: Ministra Nancy Andrighi. Brasília, DF, jul. 2023. Disponível em: https://processo.stj.jus.br/processo/julgamento/electronico/documento/mediado/?documento_tipo=integra&documento_sequencial=337321673®istro_numero=202302551092&peticao_numero=&publicacao_data=20250926&formato=PDF. Acesso em 08 de janeiro de 2026.

FACEBOOK. O que acontecerá com sua conta do Facebook se você falecer. Disponível em: https://www.facebook.com/help/103897939701143?locale=pt_BR. Acesso em: 25 de out. 2025.

GALGANO, Francesco. Il negozio giuridico. Milano: Giuffrè, 2002.

GOOGLE. Seu legado digital. Conta Google. Disponível em: <https://myaccount.google.com/inactive?pli=1>. Acesso em 21 de jan de 2026.

INSTAGRAM. Como solicitar que o perfil do Instagram de uma pessoa falecida seja transformado em memorial. Central de Ajuda Instagram. Disponível em: https://help.instagram.com/1401073473505873/?helpref=related_articles. Acesso em 21 de jan. de 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA – IBDFAM. Enunciados doutrinários do IBDFAM. 2022/2023 [livro eletrônico]. coordenação Marcos Ehrhardt Junior. 1. ed. Belo Horizonte, MG: IBDFAM, 2023. PDF. ISBN 978-85-69632-07-8.

LINKEDIN. Transformar em memorial ou encerrar a conta de um usuário falecido. Central de Ajuda LinkedIn. 03 de novembro de 2025b. Disponível em: <https://www.linkedin.com/help/linkedin/answer/a1339706/como-faco-para-transformar-em-memorial-ou-encerrar-a-conta-de-um-usuario-falecido-?lang=pt>. Acesso em 21 de jan de 2026.

LÔBO, Paulo. Direito civil: sucessões. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

Referências

MADALENO, Rolf. Sucessão legítima. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

NADER, Paulo. Curso de direito civil, v. 6: direito das sucessões. 7. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2016.

PINTEREST. Delete or temporarily deactivate your account. Help Center Pinterest. Disponível em: <https://help.pinterest.com/en/article/deactivate-or-close-your-account>. Acesso em 23 de jan de 2026.

SANTOS, Aline de Oliveira; SILVA, Luciano Henrique Gonçalves da; SANTOS, Gleice Kelly Ramos Silva (org.). Formas de testamentos brasileiros [livro eletrônico]. 1. ed. Campo Grande, MS: Editora Inovar, 2025. 75 p. PDF.

SNAPCHAT. Gostaria de reportar uma conta de uma pessoa que faleceu. Snapchat Support. Disponível em: <https://help.snapchat.com/hc/pt-br/articles/27504454933908-Gostaria-de-reportar-uma-conta-de-uma-pessoa-que-faleceu>. Acesso em 23 de jan de 2026.

STOLZE, Pablo; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Manual de direito civil – volume único. 4. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

TARTUCE, Flávio. Direito civil, v. 6: direito das sucessões / Flávio Tartuce – prefácio Zeno Veloso. – 7. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2014.

TIKTOK. Política de Privacidade. Disponível em: <https://www.tiktok.com/legal/page/global/privacy-policy/pt-BR>. Acesso em de 23 jan de 2026.